Rota do Românico: Património Para Todos

ROTA DO
ROMÂNICO
DO VALE
DO SOUSA

Rota do Românico: Património Para Todos

Rota do Românico do Vale do Sousa
Uma experiência fundada na História

A Rota do Românico do Vale do Sousa é constituída por 21 elementos patrimoniais englobando mosteiros, igrejas, memoriais, pontes e torres, edificados entre os séculos XI e XIII.

Este projecto estruturado, de cariz supra-municipal, pretende afirmar-se como um produto turístico-cultural capaz de posicionar o Vale do Sousa como um destino de referência do Românico. O Românico do Vale do Sousa encontra-se associado à fundação da Nacionalidade e testemunha o papel relevante que este território outrora desempenhou na história da nobreza e das ordens religiosas em Portugal.

A Rota do Românico tem como missão contribuir para o desenvolvimento sustentado da sub-região do Vale do Sousa, que agrega os municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel. Os seus objectivos passam por promover o ordenamento do território através da valorização do património, criar um novo sector produtivo capaz de gerar riqueza, mudar a imagem interna e externa do Vale do Sousa, qualificar os recursos humanos e garantir empregabilidade qualificada.

Foi já iniciado, sob a forma de protocolo, o processo de alargamento da Rota do Românico aos restantes seis municípios da NUT III - Tâmega: Amarante, Baião, Celorico de Basto, Cinfães, Marco de Canaveses e Resende.

Título Rota do Românico: Património Para Todos

Autor Paula Teles e Pedro Silva (Coordenação)

Edição M.pt ® - Paula Teles Unipessoal Lda.

Propriedade Associação de Municípios do Vale do Sousa | Rota do Românico

Fotografia Álvaro Andrade I Pedro Santos I Raquel Oliveira
Associação de Municípios do Vale do Sousa | Rota do Românico

Design Gráfico
Paginação Ana Bourbon Vasconcelos

Impressão Área Gráfica

Número de Exemplares 1000

Ano 2010

ISBN 978-989-8427-00-7

Depósito Legal

Rota do Românico: Património Para Todos

Índice

Prefácios

Capítulo 1 - Enquadramento

Capítulo 2 - O Plano

Os espaços patrimoniais são produtos de uma determinada sociedade: espelham, material e imaterialmente, a sua heterogeneidade. Até que ponto a valorização, ou reinvenção, de um património pode configurar uma oportunidade para essa sociedade? Em que medida a sustentabilidade cultural depende da incorporação da diversidade? Como é possível implementar a democratização da apropriação dos espaços, lugares, percursos, rotas?

O livro "Rota do Românico: Património Para Todos", apresenta-nos um caso concreto – a Rota do Românico do Vale do Sousa – em que, através de um plano de promoção da acessibilidade, se potencia a participação de todos os cidadãos.

Este Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa rege-se pelos princípios orientadores de um dos eixos das estratégias nacionais para a deficiência – quer passadas (PAIPDI 2006-2009), quer futuras (ENDEF 2010-2013): a promoção das acessibilidades. Este livro dissemina, assim, uma boa prática que convém (re)conhecer.

O direito de usufruir dos elementos patrimoniais, independentemente da capacidade de mobilidade, representa um importante desafio político, mas interpela também outros actores institucionais – agentes culturais, autárquicos, associativos, turísticos. Constitui, no fundo, um repto a todos nós – se o património reinventa temporalidades; nas sociedades actuais, certamente que terá de funcionar como uma estrutura de inclusão das pessoas com mobilidade condicionada. O desafio está lançado e será, seguramente, mais uma oportunidade alcançada por esta equipa.

Idália Moniz
Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação

O legado patrimonial que nos é deixado pelos antepassados deve ser preservado, valorizado mas também democratizado. O Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa representa a consciência dos decisores relativamente ao enriquecimento cultural e social inerente ao facto de TODOS, sem excepção, poderem vivenciar cada um dos monumentos e percursos que compõem esta Rota.

Por outro lado, com este projecto estamos a contribuir para dar passos importantes para a afirmação de um novo paradigma. Os projectos turísticos devem incorporar a acessibilidade universal como estratégia de valorização do património, de diferenciação do território e considerar a clara mais-valia, do ponto de vista económico, que advém da criação de plenas condições de acessibilidade.

O turismo acessível tem de se tornar parte integrante do planeamento económico e da decisão política e empresarial. Existe um processo de aprendizagem em curso, em Portugal e um pouco por todo o mundo, para fazer conviver a actividade turística com a acessibilidade e mobilidade para todos. Esta assimilação deve tender a ser cada vez mais parte da génese dos projectos de valorização do património, não surgindo apenas como um argumento adicional. O turismo, como todas as outras actividades económicas, tem de aprender a viver com a diferença.

Na Rota do Românico, sabemos que estamos a fazer História com a decisão de tornar o património acessível a todos!

Alberto Santos
Presidente da Associação de Municípios do Vale do Sousa

Rota do Românico: Património Para Todos

Na última década, a Rota do Românico tem vindo a assumir-se como um projecto vocacionado para a afirmação e desenvolvimento de um território - o Vale do Sousa - com base na promoção do valioso património histórico e cultural que o distingue.

Um projecto nascido da agregação de esforços de múltiplas entidades, públicas e privadas, mas norteado por um objectivo comum: dotar os objectos patrimoniais que integram a Rota das condições necessárias para a sua fruição e acesso por parte de toda a comunidade, permitindo que, com maior ou menor grau de dificuldade, todos possam (re)descobrir um bem inalienável – a sua herança ancestral.

O Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa, iniciado em Setembro de 2008, mais do que um simples e efémero trunfo publicitário ou turístico, perfila-se sobretudo como um imperativo de cidadania, um direito básico e como um obrigatório critério de qualidade.

Consciente do carácter sensível de que se revestem as intervenções físicas em imóveis seculares e plenos de simbologia, a Rota do Românico não poderia deixar, ainda assim, de assumir as suas responsabilidades na construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva e democrática, num verdadeiro e ambicioso desígnio geracional.

A edição que agora apresentamos representa somente o culminar de uma etapa. Uma etapa dedicada à sensibilização, à (in)formação, ao levantamento e diagnóstico das necessidades, mas igualmente já preocupada em apontar orientações para a resolução dos problemas de mobilidade e acessibilidade dos monumentos, dos seus espaços públicos e dos próprios elementos comunicacionais que divulgam e valorizam o projecto da Rota do Românico.

O caminho ainda é longo, árduo, repleto de barreiras… Este é apenas o primeiro passo para uma Rota do Românico de e para Todos.

Rosário Correia Machado
Directora da Rota do Românico

O Plano

Um dos mais fundamentais direitos dos cidadãos é, efectivamente, o direito à mobilidade no quadro do direito ao acesso à cultura, bens e serviços.

A importância do conceito de património edificado e a crescente exigência qualitativa do turismo, reforçam a necessidade da garantia de acesso ao património edificado e à cultura que ele representa, base da nossa sociedade contemporânea, representante da sua história e feitos.

As barreiras urbanísticas e arquitectónicas, independentemente do contexto histórico do seu aparecimento, as rupturas das continuidades dos percursos, a insensibilidade na colocação do mobiliário urbano, os estacionamentos abusivos são, entre outros, sinais de cultura menor, semi-periférica e anacrónica que urge combater e ultrapassar com os meios adequados que garantam o sucesso desta batalha pela acessibilidade. Paradoxalmente, o mesmo lugar/território, cerceia e inibe liberdades que, conceptualmente, deveria oferecer.

É neste contexto que o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico vem introduzir novos conceitos e alterar mentalidades, desenhando novos caminhos no acesso ao Património, à cultura, e ao lazer, sem barreiras, livre de obstáculos, introduzindo patamares de segurança e conforto e permitindo a sustentabilidade, destes elementos construídos, ao longo das gerações futuras.

Desenhar o acesso a todos os monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa, estudar os seus lugares e caminhos, prever a mobilidade para todos deve ser visto, a partir de hoje, como um patamar de exigência que, todos sem excepção, deveriam cumprir dentro das diversas funções que representam.

Costumo dizer que, todos sem excepção, são cúmplices da aplicabilidade ou não desta matéria e que também, todos, sem excepção, temos responsabilidades na mudança deste novo paradigma nas sociedades contemporâneas.

É, deste modo, na tentativa de encontrar as melhores soluções técnicas para o redesenho do acesso aos 21 monumentos que constituem a Rota do Românico do Vale do Sousa, no contexto das inúmeras diversidades paisagísticas, arquitectónicas e sociais que concebem estes lugares, que o Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico constitui um instrumento precioso, contribuindo para agilizar o processo de planeamento, do projecto e das adaptações a executar.

Paula Teles
Coordenadora do Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico

Capítulo 1 - Enquadramento

1.1. Acessibilidade e Património

As pessoas com limitações físicas têm sido por vezes excluídas, no acesso às múltiplas actividades inerentes à vida quotidiana. Embora tenha havido uma crescente consciencialização social aliada à evolução de estudos ergonómicos e à pesquisa e investigação médica, os mecanismos legais existentes, só por si, não determinam a aplicação efectiva da Acessibilidade e *Design For All*.

A ideia de Património subentende uma noção de formação cívica e de consciência colectiva. Esta ideia tem sofrido alterações significativas ao longo dos tempos. Segundo a Lei n.º 107/2001 de 7 de Setembro, o conceito e abrangência da noção de Património Cultural inclui saberes como, histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial e técnico; também abarca valores, provavelmente difíceis de serem avaliados, mercê da subjectividade de informações relativas à memória, à antiguidade, à autenticidade, à originalidade, à raridade, à singularidade e até à exemplaridade.

"A acessibilidade ao património está directamente ligada à evolução e modelo da nossa sociedade que, apenas a partir dos últimos anos do séc. XIX, vem colocar o património na sua lista de prioridades. Diferenciado, no tempo, foi o modo como cada país reconheceu a importância do património e o integrou nas políticas sociais, económicas e culturais. Hoje, no caminho para uma sociedade de inclusão, marcamos como objectivo a noção de património para todos. Está em causa o acesso dos cidadãos que, transitória ou definitivamente, sejam portadores de algum grau de diminuição das suas capacidades mentais, sensoriais, visuais, auditivas e locomotoras.(…)" (COSTA, 2009)

"Nada se cria, nada se perde, tudo se transforma." (Lavoisier)

A Rota do Românico do Vale do Sousa integra muitos dos valores evocados pelas bases da política do regime de protecção e valorização do Património Cultural constituídas na Lei n.º 107/2001 sendo por isso uma mais-valia mantê-la, conservá-la e valorizá-la transformando-a numa rota acessível.

"O nosso território só fará sentido quando todos o percorrermos livremente, cada um com as suas diferenças de capacidade de mobilidade." (TELES, 2005)

Respeitar o Património Cultural e Arquitectónico, é respeitar a Humanidade e a sua dignidade. Contudo, o acesso ao Património por todos, mesmo por aqueles que têm restrições físicas, implica a eliminação de barreiras físicas e sociais dos espaços dirigidos à fruição de toda e qualquer herança cultural. O objectivo deste Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa é ultrapassar obstáculos arquitectónicos – fruto de um sistema de ocupação espacial de um dado momento histórico – onde a acessibilidade e a inclusão não representavam valores primordiais daquela sociedade. Desta forma, pretendemos garantir a acessibilidade possível, sem que esta se transforme numa agressão irreversível e muito menos descaracterizadora do Património.

Qualquer intervenção no Património deverá prever alguns princípios projectuais fundamentais:

Autenticidade

Em Nara (Japão) foi redigido um documento sobre a autenticidade que assumiu a diversidade cultural na aceitação dos valores patrimoniais. Em Portugal, ainda se considera como autêntico o edifício no seu estado original, ou o que se pensa ter sido esse estado, ignorando por vezes o contributo de épocas posteriores à sua construção; acções normalmente agregadas a um princípio de intervenção baseado na veracidade da autenticidade histórica e levada muitas vezes ao extremo. Existem várias autenticidades, que servem de suporte a uma acção de conservação e devem ser sujeitas a uma avaliação em função da importância relativa que devem assumir em cada caso, como a autenticidade material, estética, histórica, dos processos construtivos, dos espaços envolventes e de outros aspectos menos relevantes. Sendo assim, numa intervenção deste género é importante manter os diferentes estratos temporais, representativos das diferentes épocas pelas quais o edifício passou e passará, faz parte da sua história e tem por isso alguma importância. Com maior ponderação na autenticidade histórica, não se compromete a leitura do monumento/edifício em gerações futuras desde que feita de forma não definitiva e reversível.

“A autenticidade procura uma relação de verdade e sinceridade entre o suporte da mensagem e a mensagem em si mesmo.” (INFANTE, 2001)

Dever-se-á procurar um equilíbrio entre os valores histórico, arquitectónico e artístico, sem se congelar a história no tempo, nem transformar os edifícios em depósitos vazios de significado.

Conhecimento do objecto patrimonial

As atitudes tomadas em relação a uma intervenção no Património devem ser sustentadas por um rigoroso conhecimento do objecto patrimonial. Para isso é necessário apreender e compreender o local e a sua envolvente, assim como admitir em todo este processo a presença da história e da cultura do bem patrimonial.

Intervenção mínima

Este princípio impõe à equipa de trabalho desenvolver um esforço no sentido de manter sempre que possível os materiais originais, percebendo que qualquer remoção é uma perda de parte da história do edifício.

Reversibilidade

Reside na possibilidade de um material ou solução construtiva poder ser retirada ou removida, sem prejudicar o local onde este esteve agregado. Em construções históricas este é um princípio a considerar quando se procede a adicionar novos elementos, facilitando a sua manutenção ou exclusão sem ferir a autenticidade da obra.

Compatibilidade

As diversas características químicas, físicas e termo-mecânicas dos novos materiais e técnicas a utilizar neste contexto, devem estabelecer níveis de compatibilidade semelhantes aos originais. A intervenção conservadora ou restauradora realizada sobre o objecto arquitectónico em causa passará a ser mais uma marca histórica que ficará agregada ao edifício, devendo por isso ser reconhecível e permanecer registada para evitar “falsificações” estéticas e/ou históricas. Algumas políticas de intervenção não admitem um Monumento pertencente a outras épocas, tendo passado por várias gerações, possa absorver diferentes influências anteriores e diversos estratos considerando

que diminuem o valor da autenticidade do Monumento. Uma intervenção, seja ela qual for, altera a materialidade do edifício, o que implica por parte de quem a pratica uma grande deferência pelas partes e materiais existentes, assim como *"profundos conhecimentos artísticos, científicos e técnicos e, sobretudo, uma extraordinária humildade intelectual, particularmente difícil na sociedade de culto da imagem e do consumo."* (AGUIAR, 2002)

Embora a nova norma portuguesa de Acessibilidade, Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, não contemple itens referentes a aplicações e soluções específicas para o Património Histórico Edificado, este não deve ser descurado de propostas inclusivas, tornando-o acessível a todos. Atendendo à necessidade da elaboração de orientações de projecto para a Promoção da Acessibilidade no Património Histórico Português, a Rota do Românico do Vale do Sousa poderá transformar-se num mote de autêntico exercício da cidadania, tendo como objectivo melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, sem segregação, inclusive aquelas cuja mobilidade é condicionada. Os princípios reiterados pela Lei da Acessibilidade devem respeitar os defendidos pela Carta de Veneza de 1964 e pela Carta de Cracóvia de 2000, ambos relativos à Conservação e Restauro do Património e considerados ainda muito actuais.

Carta de Veneza

Art.º 5.º: *"A conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua afectação a uma função útil à sociedade: tal afectação é pois desejável mas não deve alterar a disposição ou a decoração de edifícios. É dentro destes limites que se devem conceber e que se pode autorizar as adaptações exigidas pela evolução dos usos e costumes."*

Art.º 13.º: *"Os acrescentos não podem ser tolerados a não ser que respeitem todas as partes interessadas do edificio, o seu quadro tradicional, o equilíbrio da sua composição e as suas relações com o meio envolvente."*

Ao atendermos a todas as condicionantes devemos ter uma atenção redobrada no sentido de adequar o Património aos dias de hoje, numa perspectiva inclusiva e sem descaracterizar as marcas históricas e a sua autenticidade. Quando exista a impossibilidade de criar percursos acessíveis pela entrada principal do Monumento deverão ser pensadas outras alternativas, tais como entradas laterais, sendo que estas ao apresentarem, por vezes, desníveis mais suaves e facilitadores de transposição, pela existência de vãos mais reduzidos e portas mais leves, são na realidade, mais frequentemente utilizadas pela grande maioria dos cidadãos. Desta forma, e sem diferenciar percursos para pessoas com mobilidade condicionada é nosso objectivo favorecer um acesso digno e não selectivo.

1.2. Enquadramento Conceptual das Acessibilidades

1.2.1. Os Novos Paradigmas da Mobilidade

A História da Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana cresceu de forma exponencial e alterou-se muito significativamente nas últimas décadas, especialmente nas cidades. Fruto da dispersão urbanística residencial e da desnuclearização das actividades, das novas formas de organização profissional, dos novos modos e estilos de vida que a sociedade contemporânea espoletou, a mobilidade urbana, em particular a dos espaços metropolitanos, é hoje uma realidade muito diversificada e heterogénea, marcada por uma maior complexidade das cadeias de deslocação diária. Estas alterações desencadearam um alongamento das distâncias a percorrer e, portanto, de maior duração, tornando-se um convite à utilização desmedida do automóvel.

Como consequência, nos locais mais urbanos, a rede viária encontra-se congestionada e, consequentemente, com menos qualidade de vida. Por outro lado, a agressividade urbana que se tem vivido nos últimos tempos, desencadeou a desorganização do espaço público com consequências imediatas no aumento das barreiras urbanísticas, impedindo o acesso de algumas pessoas, em particular, das portadoras de mobilidade reduzida a equipamentos e monumentos turísticos. Estes novos paradigmas, resultantes das sociedades contemporâneas em emergência, colocam-nos novos desafios, quer do ponto de vista social, quer do planeamento urbanístico e da comunicação, na construção de uma cidade segura e acessível a Todos.

Os Novos Desafios da Mobilidade

Mas falar de mobilidade é também compreender as novas realidades sociais. Não é possível falar de mobilidade sem perceber as suas relações com o território e com as estruturas sociais.

De acordo com *Os Territórios (Sociais) da Mobilidade* (TELES, 2005), as actuais reflexões conduzem ao conhecimento e valorização de novos padrões de mobilidade, que não podem ser ignorados aquando dos projectos de planeamento urbanístico e da mobilidade, uma vez que essa ignorância pode causar *territórios excluídos*.

O envelhecimento da sociedade, o surgimento intensivo da mulher no mundo profissional e as novas exigências das pessoas de mobilidade reduzida são exemplos desses novos paradigmas. Estas perspectivas de exclusão de mobilidade são, contudo, enormes desafios ao futuro planeamento das cidades, face à sua tendência crescente e face aos novos desafios de uma sociedade democrática e livre.

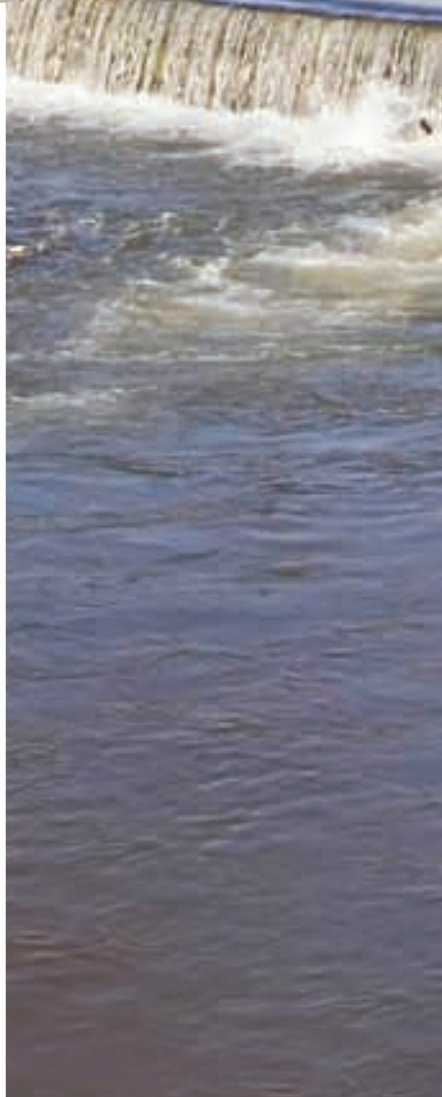
Simultaneamente, ser móvel é percorrer a nossa espantosa condição urbana, que é condição humana, porque o território, muito para além da sua vertente física, é uma imensa construção social. Os monumentos seculares do nosso país são, por excelência, o lugar onde o homem pode encontrar a sua mais expressiva dimensão. De acordo com SILVA (1995) é o lugar de exponenciais fontes de informação, múltiplas formas de comunicação, absoluta mobilidade, diversidade de culturas e formações, oportunidade de ofertas, infinitas possibilidades de relações sociais. Lugar de encontros, culturas, religiões, mas também memórias, ideias, atitudes, aprendizagens.

Todas estas novas reflexões remetem para novos pensamentos e orientações que têm, obrigatoriamente, de ser materializados no planeamento dos territórios. Territórios que têm que ser trabalhados a diversas velocidades: se, por um lado, tem de se adaptar a estes novos conceitos e estilos de vida, cada vez mais flexíveis e democráticos, através de medidas meramente curativas (como a eliminação de uma simples barreira para permitir um sistema de continuidade), por outro, tem de agilizar os mecanismos de índole preventiva, planeando e organizando, para que os novos espaços que se constroem e adaptam todos os dias estejam ao alcance de todos.

As (I) mobilidades que Segregam

Os territórios moldados pelo homem não podem ter limites de mobilidade. Porém, a realidade tem mostrado que, muitas vezes, esses mesmos territórios, em vez de unir, separam as pessoas e em vez de incluir, excluem, pois na generalidade, sem qualquer preocupação e cumprimento das leis em vigor, constroem-se passeios estreitos, interrompem-se os sistemas de continuidade pedonal, não se colocam passadeiras, não se fazem rebaixamentos de acesso aos passeios. Coloca-se a sinalética informativa, publicitária e de trânsito em qualquer sítio, localizam-se as árvores nos passeios em vez de se colocarem nos canteiros, os ecopontos nos passeios, não se adaptam os transportes e os acessos.

Todas estas barreiras simples tornam o dia-a-dia de muitos quase impossíveis de ultrapassar. Mas as cidades, na sua grande maioria, não correspondem às reais necessidades da sua população. O espaço público, o edificado e os transportes têm sido projectados para o ***homem médio***, de idade madura, com força e gozando de plena saúde, como tão bem evidenciam as teorias de Da Vinci. Porém, são poucos os locais que têm ajudas técnicas capazes para as necessidades especiais das pessoas com deficiência ou incapacidade ou mesmo para os mais idosos, de forma a possibilitar de forma autónoma e segura a deslocação entre lugares, a utilização dos equipamentos e dos transportes. Por vezes, têm um ou outro equipamento ou pormenor técnico mas que, no conjunto, não permitem o mínimo de deslocações básicas, necessárias à vivência urbana. Ou seja, é necessário planear com mais profissionalismo e desenvolver com mais rigor os projectos, com vista à definição de uma deslocação completa, autónoma e sem interrupções.

Se considerarmos que as dificuldades de mobilidade afectam um conjunto vasto de pessoas (60% nos países da OCDE), que as torna impedidas de participar na vida económica, social e cultural, devido à existência de barreiras, torna-se imperioso adoptar soluções técnicas que garantam o acesso aos edifícios, bem como a utilização de todos os espaços públicos e transportes. De resto, prevê-se que na Europa, no ano de 2050, 22% da população tenha menos de vinte anos e cerca de 40% tenha mais de 65 anos. As (i)mobilidades que desenham os territórios, são pois uma problemática do desenvolvimento sustentado. Por isso, torna-se urgente e obrigatório que sejam um factor a ter em conta no planeamento, desenvolvimento e gestão corrente da mobilidade nas diferentes escalas nacional, regional e local assim como sentida e fiscalizada pelos diferentes agentes que participam na sociedade.

1.2.2. A Mobilidade e Acessibilidade Para Todos - Um Desafio

De acordo com VIRILO (1995) as deslocações das pessoas foram aceleradas pelo uso do automóvel, as empresas aumentaram as deslocações rápidas de bens e serviços, as telecomunicações e as altas tecnologias tornaram a informação rápida e *online*. De resto, ao contrário do que se pensava, e de acordo com as teorias de ASCHER (2003), as telecomunicações, onde se incluem por exemplo os telemóveis, vieram promover ainda mais o número de deslocações nas cadeias gerais de mobilidade, face às flexíveis e inúmeras possibilidades da mobilidade individual. As distâncias passaram a ser medidas nas unidades de tempo, os estilos e modos de vida aproximaram novos territórios, novas redes sociais e empresariais iniciaram novos *clusters* de actividades.

O Turismo e o Património são *clusters* inequivocamente relacionados com a acessibilidade e mobilidade como já foi abordado anteriormente. O trabalho desenvolvido em Portugal ao nível dos municípios já demonstrou claramente a necessidade de serem acessíveis os hotéis, *resorts* e outros equipamentos hoteleiros e da restauração como os restantes espaços em torno das centralidades urbanas, uma vez que os turistas para voltarem exigem mais qualidade urbana fora das áreas delimitadas pelos empreendimentos turísticos.

O turismo sénior é claramente um dos motivos mais sérios que hoje se coloca à qualidade do ambiente urbano de forma generalizada, pela possibilidade que este grupo etário tem tido na realização de um turismo considerável, inclusive várias vezes ao ano. Consequentemente, o desenho da cidade acessível será a única via capaz de potenciar e estimular o desenvolvimento da competitividade dos destinos que pretendem ser potencialmente turísticos.

Não são só as pessoas portadoras de deficiência que estão em causa, são as famílias e os amigos que as acompanham. São as pessoas idosas. São as famílias que têm filhos ainda crianças. A este respeito, o turismo acessível já é, em alguns países da Europa, considerado como uma vertente importantíssima na economia local e nacional e, inclusivamente, já é “vendido” como tal.

A este nível, a ENAT – *European Network for Acessible Tourism* está a fazer um trabalho notável nos países parceiros europeus e pretende, dentro em breve, apresentar um relatório sobre esta temática.

Contudo, e ainda a este respeito, não podemos ignorar outras áreas que, embora transversais, colidem ainda com as escolhas dos lugares para este efeito, designadamente o património e a comunicação. Cada vez mais a acessibilidade ao património é um factor importante na decisão da escolha do local da visita. Em Portugal dá-se agora os primeiros passos. Um exemplo, entre outros, é a Rota do Românico do Vale do Sousa, pela aposta na marca da acessibilidade como um factor de competitividade e diferenciação em torno do património românico.

A Acessibilidade: Um Conceito Transversal

A acessibilidade e mobilidade constituem, pois, um conceito transversal, com implicações no acesso a actividades tão diversas como o planeamento e o ordenamento do território, a gestão urbanística, as obras da via pública e do edificado, o património, o trânsito, os transportes, o ambiente, o turismo, o design, a acção social, etc. Simultaneamente, tem de funcionar em rede e de forma integrada.

Provavelmente esta obrigatoriedade de transversalidade disciplinar tem sido o mote para a não aplicabilidade do conceito de acessibilidade e *design for all* ao longo dos tempos, tanto mais que exige o trabalho em equipa, também algo ainda pouco tradicional nas rotinas das entidades e instituições portuguesas.

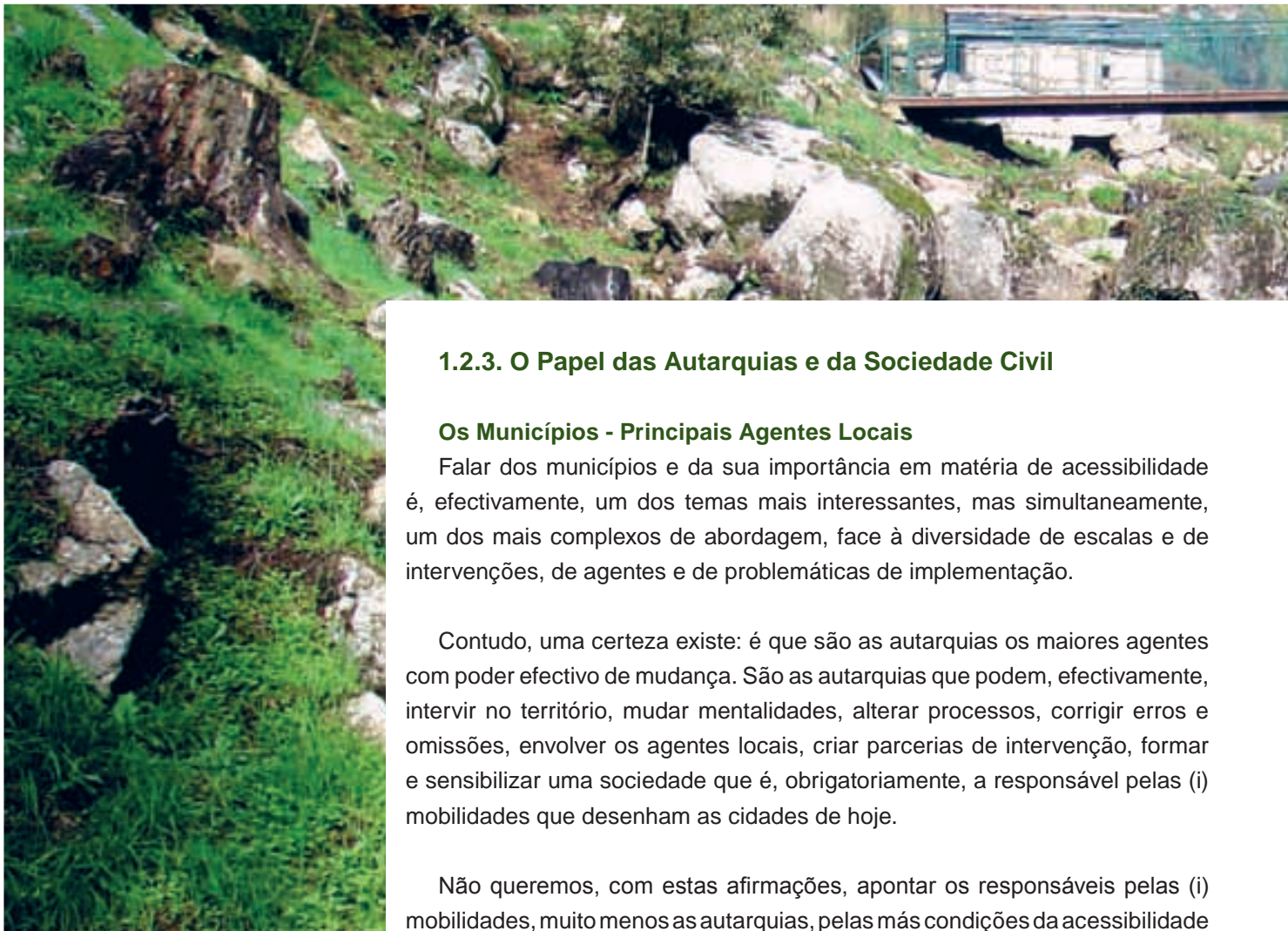
Contudo, parece-nos que está aqui o segredo da aplicabilidade desta matéria. Não é possível desenhar cidades e vilas acessíveis se cada um dos sectores que trabalha e constrói todos os dias as vilas e cidades não tiver presente esta preocupação.

Um sistema acessível não admite descontinuidades. Uma intervenção, à escala local, municipal ou regional, deve ser pensada de forma a evitar o mínimo de pontos descontínuos.

Esta é a questão chave, responsável pela não inclusão do conceito da acessibilidade no desenho e construção

dos territórios. A forma tendencial das organizações verificada nas últimas décadas, assente em estruturas hierárquicas rígidas o que não facilita o trabalho em equipa, não permitiu a troca de saberes e conhecimentos e, consequentemente, a ausência de políticas concertadas de monitorização das diferentes acções sectoriais.

Felizmente, as novas organizações já assentam em trabalho de equipas flexíveis, multidisciplinares e transversais e esta nova atitude vem permitir a aplicabilidade desta matéria. De resto, sem qualquer crítica para algumas instituições por não terem evoluído de acordo com esta exigência, em muitas entidades, designadamente autarquias, a acessibilidade e mobilidade para todos tem sido pioneira e caracterizadora em matéria de organização dos serviços e governância, desencadeando novas formas de trabalho supra departamentais com resultados à vista muito positivos. Mais, tem permitido a descoberta das diferentes tipologias de plataformas de coordenação que nem sempre coincidem com as ditas mais clássicas, como “tráfego e arruamentos”.

Esta atitude tem permitido a maximização dos recursos humanos e financeiros e, em muitos casos, envolvendo periodicamente políticos e técnicos com formas rápidas e eficazes no conhecimento e na tomada de decisão.

1.2.3. O Papel das Autarquias e da Sociedade Civil

Os Municípios - Principais Agentes Locais

Falar dos municípios e da sua importância em matéria de acessibilidade é, efectivamente, um dos temas mais interessantes, mas simultaneamente, um dos mais complexos de abordagem, face à diversidade de escalas e de intervenções, de agentes e de problemáticas de implementação.

Contudo, uma certeza existe: é que são as autarquias os maiores agentes com poder efectivo de mudança. São as autarquias que podem, efectivamente, intervir no território, mudar mentalidades, alterar processos, corrigir erros e omissões, envolver os agentes locais, criar parcerias de intervenção, formar e sensibilizar uma sociedade que é, obrigatoriamente, a responsável pelas (i) mobilidades que desenham as cidades de hoje.

Não queremos, com estas afirmações, apontar os responsáveis pelas (i) mobilidades, muito menos as autarquias, pelas más condições da acessibilidade em Portugal. Também neste caso, os problemas e as responsabilidades são de todos. De todos, sem excepção.

No entanto, cabe naturalmente às autarquias o envolvimento de todos os munícipes neste processo, apelando à sensibilidade, incutindo hábitos de mudança de mentalidades.

Nesse sentido, a informação e a formação são claramente acções de grande importância, talvez a base para um novo olhar sobre esta matéria a que as entidades públicas e privadas não devem ficar indiferentes.

A Responsabilidade dos Municípios em Matéria da Acessibilidade

De acordo com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, *"no que concerne à eliminação das barreiras arquitectónicas, limitadoras da mobilidade (…), foi atribuído um importante papel às câmaras municipais, pois são estas entidades responsáveis pelos licenciamentos e autorizações"*. Nesse sentido, cabe aos municípios grande parte da responsabilização sobre esta temática. É, pois, absolutamente necessário e urgente pensar e praticar a acessibilidade ao nível municipal e regional.

Algum trabalho já vem a ser feito por muitos municípios portugueses considerados como boas práticas.

Um exemplo, reconhecido publicamente pelos mais altos dirigentes municipais e pelo governo português, como de resto foi referido no dia 8 de Outubro de 2008, em Lisboa, no lançamento do Programa "Portugal mais Acessível", é o projecto Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos. Nesse encontro nacional, este projecto foi considerado pioneiro nesta matéria ao nível municipal, com resultados positivos pela metodologia utilizada, designadamente, na eliminação sistematizada das barreiras arquitectónicas e urbanísticas das vilas e cidades portuguesas. O trabalho efectuado desde 2005, parte ainda em desenvolvimento em cerca de 80 municípios portugueses, evidenciou a vontade e esforço para desenhar territórios inclusivos, sem que estes tivessem linhas próprias de financiamento para o efeito.

Envolvimento dos Políticos

Uma outra questão, não menos importante que as anteriores, é a participação e envolvimento dos políticos em matéria da acessibilidade. Muitas dissertações se poderiam fazer do envolvimento da esfera política, relatando os casos concretos que temos conhecido nos últimos anos, tipificando comportamentos, organizando e balizando resultados.

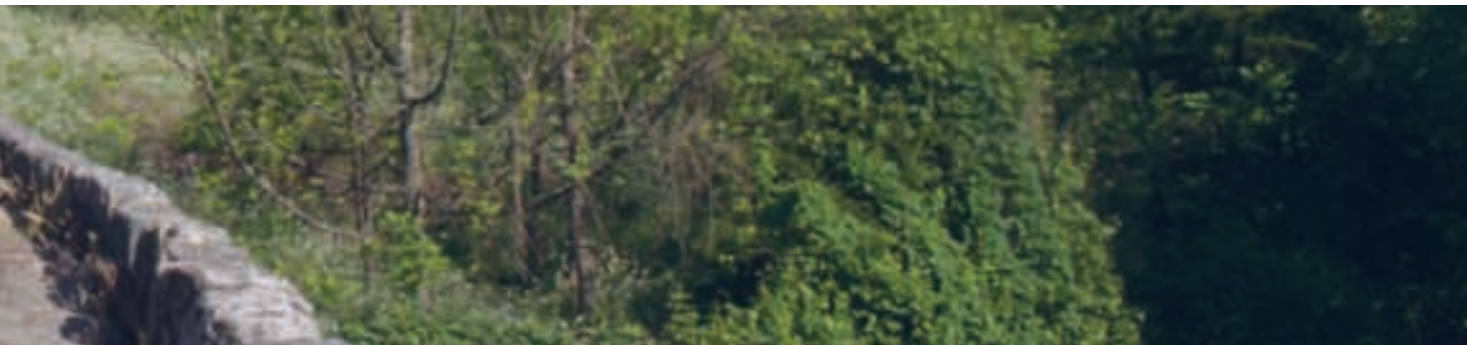
Permitam que refiramos a constatação de uma geometria variável de envolvimento dos políticos municipais em torno desta matéria. Se por um lado há políticos menos atentos, por outro, há políticos com uma enorme sensibilidade para o tema, agilizando todos os mecanismos possíveis para vencerem contra o tempo, face às (i)mobilidades

diagnosticadas nos municípios, em particular nas áreas mais urbanas. Em diversos municípios, a acessibilidade e mobilidade para todos tem impelido a participação, o envolvimento, a constituição de equipas multidisciplinares, graças à determinação política.

A reflexão em torno desta matéria permite concluir uma tese muito simples: a necessidade inequívoca da envolvência dos políticos. Caso esta situação aconteça, os técnicos sentem-se apoiados e as decisões tomadas

obrigam a maior exigência e responsabilidade técnica. Por outro lado, o envolvimento político permite o desenvolvimento de acções transversais, muitas delas não físicas, mas essenciais à consolidação e sustentabilidade do conceito.

No que respeita à questão financeira, a ausência política no processo não permite, normalmente, rubricas orçamentais para a acessibilidade e mobilidade para todos. Não permite a integração no plano de actividades de acções de grande relevo e impacto, face aos custos financeiros normalmente envolvidos.

Assim, é obrigatório que os políticos coloquem esta matéria na sua agenda, marcada por estratégias prioritárias bem definidas, criando os mecanismos necessários à sua efectiva realização. A ausência desta atitude constituirá meras rótulas de marketing que com o tempo evidenciarão ausência de trabalho e falta de competitividade face a outros municípios com trabalho efectivo no terreno.

Precisamos de um Portugal de todos. As responsabilidades municipais apresentam-se, neste início de século, também com novos paradigmas de governação. Atingem-se novos níveis de políticas municipais, face a um país que começa a estar infra-estruturado e com os equipamentos básicos necessários ao seu território.

Assim, os níveis de exigência e de desafios, também municipais, acolhem agora os temas da valorização dos recursos humanos e da qualidade dos ambientes urbanos, como forma inequívoca da construção de sociedades inclusivas.

Nesse sentido, nesse rumo de orientações políticas estratégicas, a participação activa dos políticos nas diferentes escalas de intervenção e, designadamente, na escala municipal é determinante para o sucesso da implementação da cidade para todos.

Em suma, os desafios que se colocam actualmente aos municípios portugueses, no contexto do espaço europeu onde se inserem, remetem para exigências cada vez maiores como factor essencial na construção de territórios socialmente mais inclusivos. É absolutamente obrigatório a promoção de uma sociedade com novas formas de mobilidade e acessibilidade, numa era de total informação e comunicação, traduzida por uma Europa socialmente mais envelhecida, turisticamente mais diversificada e culturalmente mais heterogénea.

Ambiente

Planeamento e Uso do Solo

Transportes e Trânsito

Turismo

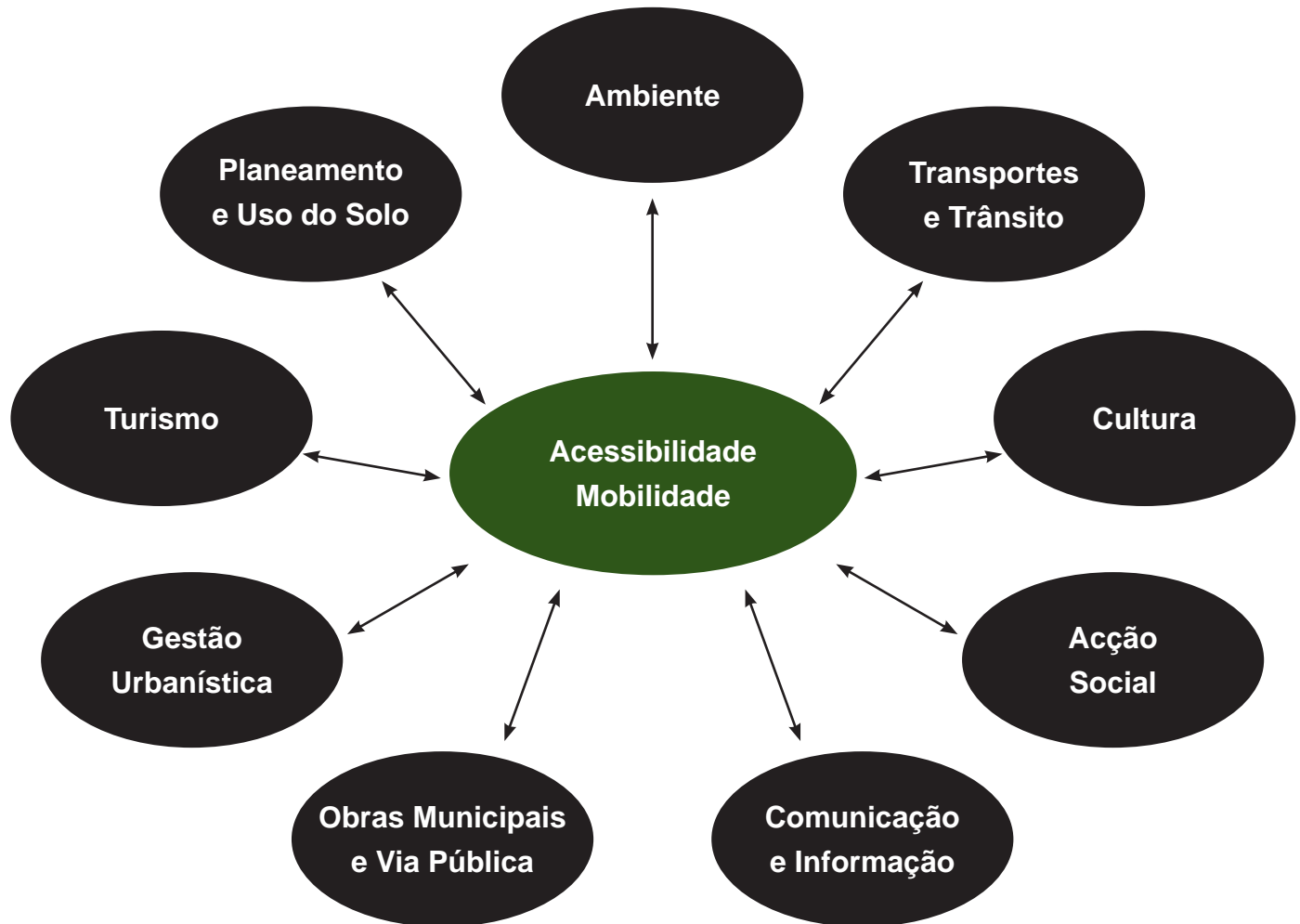
Acessibilidade Mobilidade

Cultura

Gestão Urbanística

Acção Social

Obras Municipais e Via Pública

Comunicação e Informação

Planear ao Nível Municipal

A última década de trabalho no terreno permitiu verificar que a acessibilidade para todos só se conquista quando se consegue planear concertadamente as suas prioridades e intervenções. Um dos princípios da acessibilidade para todos é garantir o percurso acessível. Neste conceito, a eliminação de barreiras de forma pontual, pode não garantir essa continuidade. Ao mesmo tempo, é necessário agir em conformidade com as maiores necessidades e prioridades dos seus utentes. A inclusão da análise sociológica é, também, um factor determinante para o sucesso das intervenções. Daí a importância do Planeamento Participado por parte dos diferentes agentes locais (entidades governamentais e não governamentais, entidades privadas, organizações generalistas, pessoas individuais) que, de uma forma ou de outra, tenham opinião em matéria de definição das prioridades da promoção da acessibilidade.

Por outro lado, os instrumentos de gestão do planeamento e ordenamento do território, designadamente os Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), os Planos Directores Municipais (PDM), os Planos de Urbanização (PU), os Planos de Pormenor (PP) e restantes planos, mesmo que não vinculativos, designadamente, Planos Estratégicos de Mobilidade, Planos de Segurança, Planos de Chão, e Planos de Turismo, devem conter orientações específicas sobre acessibilidade e mobilidade para todos, assim como sobre a ocupação do espaço público com utilização obrigatória em matéria de design inclusivo.

Contudo, não basta planear e projectar a acessibilidade. É imprescindível desenvolver mecanismos de avaliação dos mesmos. Esta atitude irá marcar a diferença na qualidade de um plano, projecto ou obra, permitindo a reflexão sobre a aplicabilidade da legislação em vigor, em particular, do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

Espaço Patrimonial como Território Prioritário de Intervenção

De acordo com a lei portuguesa em vigor, o espaço público e os equipamentos devem adaptar-se gradualmente às necessidades de todos. Urge reconhecer que, embora os estratos sociais sejam diversos nas suas capacidades de mobilidade, todos sem excepção devem ter acesso à cidade.

A necessidade de planear a cidade como um todo, embora de forma sistematizada, e ao mesmo tempo definir âmbitos de intervenções prioritárias locais, seguindo políticas estratégicas definidas a montante, pode ser um modo de actuar no curto prazo de tempo.

Aproveitar as oportunidades em curso, designadamente das grandes infra-estruturas e equipamentos projectados ou em curso, poderá constituir-se como uma importante medida preventiva que acompanhará efectivamente as actuais tendências, adequando cidades e vilas à diversidade humana.

Neste sentido, surgem duas atitudes: a atitude preventiva e a atitude curativa. As intervenções no território têm naturalmente que actuar a estes dois níveis. O primeiro, tem a ver com a capacidade de planear e projectar a cidade acessível, aplicando as normas e a legislação em vigor e todos os requisitos que os técnicos entendam por bem para que possamos usufruir de espaços e edificado com mais conforto, mais seguros e com mais qualidade. Esta atitude evitará a repetição dos erros actuais.

A segunda atitude, tem a ver com a situação actual, intervindo de forma a corrigir as barreiras identificadas, por vezes designadas por nós de acções dos *Armazéns Gerais*, não obstante, algumas evidenciarem dificuldades técnicas de maior exigência nas soluções, face à falta de espaço físico, à inexistência de soluções, aos elevados custos financeiros, a questões relacionadas com o direito de propriedade, etc. Neste tipo de intervenção é necessário, muitas vezes, o envolvimento de diferentes agentes e entidades da gestão do espaço público e do edificado o que implica um maior esforço de coordenação, a exemplo, a EDP, os SMAS, a PT e as Obras Municipais.

Contudo, trabalhar a estas duas velocidades é absolutamente necessário, sob pena de que nunca teremos a cidade acessível pretendida: é necessário corrigir e prevenir.

A Responsabilidade dos Técnicos na Acessibilidade

Todos os técnicos que, de forma directa ou indirecta, desenham e constroem as vilas e cidades são absolutamente determinantes no processo da garantia da acessibilidade.

Contudo, embora existam muitos agentes com enormes responsabilidades nesta matéria, não podemos ignorar o facto da responsabilidade técnica de quem desenha, planeia, projecta, constrói e fiscaliza o espaço público, o edificado e os transportes.

A actual legislação em vigor é agora mais rígida sobre esta matéria, mas também mais determinada e define um conjunto de sanções pelo incumprimento da mesma. Compete aos técnicos, a responsabilidade de incluir nos

projectos, as leis que garantem a acessibilidade e mobilidade para todos, como de resto, acontece com outras matérias, tais como o cálculo das estruturas face aos sismos, ou o dimensionamento das condutas, face às águas de saneamento ou pluviais. A acessibilidade é apenas mais um parâmetro a incluir no dimensionamento do espaço construído.

Deste modo, o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, deve ser absorvido pelos técnicos não como mera orientação mas como obrigação exigida. Esta atitude evitaria claramente grande parte dos problemas que hoje determinam a inacessibilidade das vilas e cidades.

Outras Escalas de Intervenção

A acessibilidade não é, contudo, uma acção obrigatória ou exclusiva do poder local. É cada vez mais importante perceber as diferentes escalas de intervenção a este nível, designadamente a escala central e a regional. Cabe a cada tipo de escala e organização institucional respectiva, elaborar as políticas e definir as acções necessárias às diferentes áreas territoriais e sociais em causa.

Na escala da governação central é de ressalvar o elevado número de programas e planos que, nos últimos anos, têm vindo a ser desenhados com o objectivo da integração das pessoas com deficiência ou incapacitadas. O que acontece, por vezes, é alguma falta de conhecimento por parte da sociedade civil, designadamente por aquela que, de forma activa, pode directamente ser parceira do Estado na implementação das respectivas acções.

De resto, e ainda sobre o tema relativamente às organizações em matéria da implementação, cumpre também sublinhar a importância da realização de parcerias entre entidades governamentais, entidades públicas e privadas, associações, empresas e cidadãos da sociedade civil com vista à execução das acções delineadas.

Nas sociedades modernas, este tipo de governância é cada vez mais utilizada e, neste caso particular, em torno de uma matéria tão específica e de elevado pormenor, a exigência destes mecanismos é cada vez mais necessária. Há que compreender de que forma os agentes da sociedade, na sua diversidade, podem contribuir, de forma integrada, para a construção de territórios acessíveis.

“A promoção da acessibilidade constitui uma condição essencial para o pleno exercício de direitos de cidadania consagrados na Constituição Portuguesa, como o direito à Qualidade de Vida, à Liberdade de Expressão e Associação, à Informação, à Dignidade Social e à Capacidade Civil, bem como à Igualdade de Oportunidades no acesso à Educação, à Saúde, à Habitação, ao Lazer e Tempo Livre e ao Trabalho.”

(MONIZ, *in* Prefácio do Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos, 2007)

1.3. Legislação

Uma das questões fundamentais em matéria da acessibilidade e mobilidade para todos relaciona-se com o enquadramento legal desta matéria. A legislação sobre acessibilidade e mobilidade para todos é ainda bastante recente sendo esta matéria enquadrada legalmente, pela primeira vez, em 1997 com o Decreto-Lei n.º 123/1997. Este facto torna o desenvolvimento da acessibilidade e mobilidade para todos em Portugal numa disciplina recente, ainda que de forma lata estivesse já consubstanciada na Constituição da República Portuguesa.

Deste modo podemos, através da legislação existente sobre a matéria , traçar o percurso da legislação sobre acessibilidades, e constatar o espaço e a grande importância que tem conquistado.

Tal como já foi referido, o percurso inicia-se nas normas de cúpula do sistema: as constitucionais. Assim, nos artigos 12.º e 13.º da Constituição, consagram-se os princípios da universalidade e da igualdade.

No artigo 71.º verifica-se o reforço destes princípios em relação às pessoas com deficiência, afirmando no n.º 1, que estes cidadãos “gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição”, atribuindo o n.º 2 ao Estado a obrigação de promover *“uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração”*.

Em 1993, a Comissão Europeia avança com a aplicação de um conjunto de regras com o intuito de combater a discriminação. A partir desse momento, um conjunto de estratégias políticas e planos de acção se têm desenvolvido

nesta matéria. Contudo, apenas em 2003 foi publicado o European Concept for Accessibility (ECA). Este conceito é resultado do trabalho e cooperação entre vários parceiros no intuito de proporcionar melhores condições e igualdade de oportunidades para todos os cidadãos que se encontram no espaço europeu.

Portugal aprova, em 1997, a primeira legislação com normas técnicas dedicadas à acessibilidade para todos em edifícios e espaço público, o Decreto-Lei n.º 123/1997, de 22 de Maio. Contudo, por diversos factores, não teve a repercussão esperada em termos de aplicação das normas nele publicadas, designadamente, por ter sido encarado como um diploma de intenções, em consequência das fracas coimas que previa para os infractores. A falta de fiscalização permitiu que se continuasse a ignorar as questões da acessibilidade.

O lançamento da Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência (Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto), na alínea d) do artigo 3.º, veio estabelecer a incumbência por parte do Estado para “a promoção de uma sociedade para todos através da eliminação de barreiras e da adopção de medidas que visem a plena participação da pessoa com deficiência”, dando ênfase a novas políticas de acessibilidade.

Recentemente, com a publicação do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, que veio substituir o Decreto-Lei n.º 123/1997, de 22 de Maio, e com a Lei n.º 46/2006, de 28 de Agosto, um novo salto se deu nesta matéria. O primeiro, no sentido de promover a acessibilidade para todos, o segundo, com o objectivo de proibir e punir a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado para a saúde.

O Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, aumentou o valor das coimas a aplicar, introduziu a participação activa das organizações de pessoas com deficiência, aperfeiçoou as normas existentes e acrescentou parâmetros que, até à data, não eram considerados. Além do exposto, nomeou a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (entretanto extinta), a Inspecção-Geral da Administração do Território e as Câmaras Municipais como entidades com competências de fiscalização.

Além da nova legislação, o Governo criou também o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI), adoptado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2006, de 21 de

PARTE I
Direitos e deveres fundamentais

TÍTULO I
Princípios gerais

Artigo 12.º
(Princípio da universalidade)

1. Todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição.
2. As pessoas colectivas gozam dos direitos e estão sujeitas aos deveres compatíveis com a sua natureza.

Artigo 13.º
(Princípio da igualdade)

1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.
2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.

Artigo 71.º
(Cidadãos portadores de deficiência)

1. Os cidadãos portadores de deficiência física ou mental gozam plenamente dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição, com ressalva do exercício ou do cumprimento daqueles para os quais se encontrem incapacitados.
2. O Estado obriga-se a realizar uma política nacional de prevenção e de tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias, a desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade quanto aos deveres de respeito e solidariedade para com eles e a assumir o encargo da efectiva realização dos seus direitos, sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais ou tutores.
3. O Estado apoia as organizações de cidadãos portadores de deficiência.

"O "Conceito Europeu de Acessibilidade – ECA 2003" é consequência de uma cooperação exemplar entre um número de parceiros que partilham um forte compromisso para a prossecução da melhoria das condições de acessibilidade existentes no meio edificado, como condição fundamental para garantir a igualdade de oportunidades e a total participação de TODOS os cidadãos Europeus."

(SAGRAMOLA, Coordenador da EuCAN *in* Agradecimentos do ECA, 2003)

Setembro. O PAIPDI define um conjunto de medidas de actuação dos vários departamentos governamentais, bem como metas a alcançar no período compreendido entre 2006/2009 com vista a criar uma sociedade que garanta a participação efectiva das pessoas com deficiência.

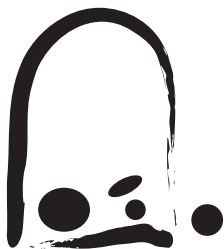
Em 2007, o Governo Português constituiu, ainda, o Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 9/2007, de 17 de Janeiro. Decorre, ainda, da Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto (Lei de Bases da Prevenção, Habilitação, Reabilitação e Participação das Pessoas com Deficiência) e é uma prioridade do XVII Governo Constitucional. Este Plano integra um conjunto de medidas que visam a construção de um sistema global coerente e homogéneo de acessibilidade, eliminando os riscos de exclusão e discriminação.

O livro "Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos" lançado pelo Governo Português é a materialização de uma dessas acções. Este Guia teve como principal objectivo desenhar a legislação em vigor, apresentando-se como um instrumento precioso no sentido de ajudar tecnicamente na descodificação das normas técnicas a aplicar. Simultaneamente, ao longo do país, foram dadas formações, aumentando a sensibilização e o conhecimento dos técnicos responsáveis pelo planeamento e desenho dos nossos territórios.

No dia 8 de Outubro de 2008, no Parque das Nações, em Lisboa, teve lugar a conferência "Portugal mais Acessível", onde foram apresentadas as várias acções que o Governo tem vindo a desenvolver, no âmbito da promoção da acessibilidade por cinco Secretários de Estado, para além do Ministro António

Vieira da Silva. Eduardo Cabrita, João Ferrão, Ana Paula Vitorino, Manuel Heitor e Idália Moniz, respectivamente, Secretários de Estado da Administração Local, do Ordenamento do Território e das Cidades, dos Transportes, da Tecnologia e do Ensino Superior e da Reabilitação, apresentaram as acções desenvolvidas e em curso nas diferentes Secretarias de Estado e, ainda, as candidaturas aprovadas pelo Programa Operacional do Potencial Humano (POPH), Eixo 6.5 - Acções de Investigação, Sensibilização e Promoção de Boas Práticas, que deram origem à primeira geração de Planos de Promoção da Acessibilidade a aplicar em cerca de 20 municípios portugueses e que terão de ser elaborados entre 2009/2010.

De resto, em Portugal, a acessibilidade e mobilidade para todos começa a fazer parte das agendas políticas nas diferentes escalas de governação, provando a eficácia dos instrumentos legislativos accionados.

Capítulo 2 - O Plano

2.1. Comunicação e Imagem

O Logótipo - Património Para Todos

O 'Para Todos' num único conceito de 'acessibilidade e mobilidade no âmbito do património'.

Este conceito surgiu de um chavão de há muito conhecido 'Todos diferentes, Todos iguais', ou seja, igualdade na diversidade, também no acesso ao património.

Unidade, na igualdade de oportunidades e na universalidade do acesso ao património histórico construído. Diversidade, pela integração das diferenças, em espaços de património histórico secular onde vários elementos se completam.

O arco simples, uma construção perfeita baseada no suporte de várias pedras diferentes no tamanho e função, formatos planos e em cunha que se aconchegam e que pela sua posição e diferença criam esta unidade auto-sustentável. Uma soleira desnivelada, uma rampa de acesso a círculos e ovais de diferentes tamanhos e proximidades que se assumem como todos os indivíduos com mobilidade reduzida: o deficiente motor, o cego, o surdo, a mãe com carrinho de bebé, o idoso, entre outros.

Em suma, este conceito sintetiza a vontade de criar e implementar Para Todos condições de acessibilidade ao património edificado.

Uma condição inequívoca para a democratização da cultura.

2.2. Objectivo Geral

Em Portugal, o trabalho desenvolvido na última década permite concluir que a Acessibilidade para Todos só se conquista quando as entidades públicas conseguem planear, concertadamente, as suas prioridades e intervenções. Se um dos princípios da acessibilidade para todos é garantir o percurso acessível e se a eliminação de barreiras de forma pontual não garante essa continuidade, significa que, simultaneamente, é necessário agir em conformidade com as maiores necessidades e prioridades dos seus utentes, razão pela qual a inclusão da análise demográfica e sociológica é um factor determinante para o sucesso do Plano, evitando as medidas avulso. Estas reflexões registam a importância, a esta escala, da Participação Pública, por parte dos diferentes agentes locais que, de uma ou de outra forma, têm opinião em matéria de definição das prioridades. À Acessibilidade para Todos tem sido atribuída uma importância crescente nos últimos anos, estando a ser gradualmente inserida e promovida nas políticas orientadoras nacionais e internacionais. O Plano constitui um desafio à integração dessas orientações nas políticas locais, respectivo planeamento, desenho e monitorização desses territórios. Existem vários documentos nacionais, designadamente o PAIPDI e o PNPA que lançam medidas específicas para a construção de cidades e vilas mais inclusivas. De forma a contribuir para a aplicabilidade da legislação portuguesa em vigor (DL 163/06), a elaboração dos actuais planos de acessibilidade irá constituir medidas efectivas em prol desta estratégia.

2.3. Metodologia de Trabalho

A primeira fase de trabalho relativo aos Monumentos consistiu numa pesquisa histórica sustentada em bibliografia relacionada com o assunto a estudar. Seguiu-se uma segunda fase com a análise e diagnóstico *in situ* das barreiras arquitectónicas dos Monumentos e sua envolvente próxima, através de visitas de campo, utilizando métodos de observação directa e entrevistas pessoais. Nesta observação procedeu-se a uma recolha fotográfica, bibliográfica, anotações de pormenores e de algumas dimensões. No decurso das visitas, a conversa com os guias surgia espontaneamente permitindo obter mais informações históricas, arquitectónicas e de outras intervenções patrimoniais.

No gabinete e já numa terceira fase do trabalho organizou-se o material obtido na visita aos locais e elaboramos o trabalho de campo e diagnose final em vinte e um relatórios, em fichas de formato A3, onde constaram os seguintes itens de análise agora resumidos para apresentação neste livro:

- Identificação do Monumento (Categoria/tipologia, designação, localização);
- Caracterização Geral do Monumento (Ano de construção, número de pisos, tipologia, construções anexas, situação actual, estado de conservação);
- Acessos exteriores ao Monumento (Acesso exterior – Envolvente, Acessos Horizontais, Acessos Verticais (escadas/rampas);
- Acessos ao Monumento (Escadas/rampas/soleiras, portas);
- Circulação Interior/Utilização: Distribuição no Edifício - Acessos, dependências e equipamentos de apoio (Acessos horizontais, acessos verticais, portas, soleiras, área de atendimento, dependências e instalação sanitária).

Todas as descrições dos Monumentos dispõem de textos explicativos

acompanhados das respectivas fotografias. Este trabalho descritivo e icónico tem como objectivo a integração numa terminologia classificativa relativa às acessibilidades dos Monumentos. Finalmente, atendendo à classificação de todos os acessos horizontais e verticais, pondera-se todos os parâmetros analíticos e procede-se à atribuição de uma das seguintes classificações: acessível, parcialmente acessível e não acessível.

A metodologia utilizada na apresentação de propostas das condições de acessibilidade e mobilidade para todos dos Monumentos consistiu na análise dos vários problemas encontrados nos edifícios para posteriormente proceder a recomendações que deverão servir de apoio a alterações indispensáveis que garantam a acessibilidade ao edifício. As propostas visaram a eliminação das barreiras arquitectónicas consideradas fundamentais, principalmente as que garantem acesso do estacionamento ao átrio e à entrada do Monumento. Estas ideias, funcionam apenas como sugestões, sendo meramente indicativas e, mais tarde, vindo a ser efectivadas, necessitam de ser acompanhadas de todas as condicionantes técnicas, que figuram no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, tais como, inclinações, guardas, corrimãos, entre outros.

Os problemas encontrados no edificado são verificados segundo aquele Decreto-Lei, que regula a promoção da acessibilidade como elemento essencial na qualidade de vida das pessoas.

O trabalho desenvolvido no âmbito da acessibilidade no Espaço Público estrutura-se em duas fases distintas. A primeira fase de trabalho consistiu no levantamento *in situ* das barreiras arquitectónicas, urbanísticas e móveis na área envolvente ao monumento, através de visitas de campo, utilizando métodos de observação directa e ortofotomapas cedidos pela Rota da Românico do Vale do Sousa. Nesta observação procede-se a uma recolha fotográfica e anotações dos problemas de acessibilidade presentes no local. De referir, que a maioria dos locais circundantes aos monumentos são áreas rurais.

Tendo em conta este aspecto, foram consideradas como áreas objecto de estudo, os espaços públicos úteis que na envolvente à edificação abranjam desde zonas de estacionamento, passeios e caminhos comummente utilizados, até à zona de acesso ao monumento, não obstante a ponderação das características específicas de cada monumento.

Relativamente aos monumentos com uma envolvente mais urbana, o levantamento de campo foi alargado, tendo em conta a continuidade dos percursos e o acesso a outros serviços na área circundante, como por exemplo espaços de utilização pública.

A segunda fase do estudo do Espaço Público desenvolveu-se em gabinete, organizando-se o material obtido na visita às áreas envolventes dos monumentos para que, posteriormente, a informação fosse analisada e se obtivesse um ponto de situação da acessibilidade.

A identificação das barreiras por tipologia é apresentada num mapa, acompanhada das respectivas fotografias e legenda.

No que respeita à comunicação, a metodologia de trabalho pressupôs numa primeira etapa do trabalho em diagnosticar problemas para, consecutivamente, sugerir medidas a tomar no sentido de tornar “mais acessível” a informação prestada por estes meios, ou seja, capaz de ser transmitida mais claramente e a mais pessoas. Na fase das propostas observaram-se alguns documentos produzidos para informação e divulgação da Rota do Românico, seleccionaram-se tipologias de documentos que têm funções e destinatários por vezes muito diferenciados, procurando abranger um universo alargado de questões e exemplos, para captar a atenção para a aplicabilidade deste tipo de sugestões nesses domínios (vários daqueles documentos foram descarregados a partir da respectiva página Web).

A metodologia de trabalho da infoacessibilidade consistiu na avaliação da acessibilidade digital dos Centros de Informação da Rota do Românico associados à Torre de Vilar, ao Mosteiro de São Pedro de Ferreira e ao Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, onde se procedeu à observação *in loco* dos recursos existentes e do meio envolvente, à entrevista com o responsável e análise e ponderação de quatro factores de avaliação: importância relativa, acessibilidade digital, capacitação dos monitores e necessidade de apoio externo; para posteriormente proceder-se a sugestões de correcção ou melhoria dos espaços.

2.4. Diagnóstico das Condições de Acessibilidade e Propostas de Intervenção

2.4.1. Monumentos e Espaço Público

Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro, Felgueiras

1. Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XI

Número de Pisos: 2

Tipologia: 3 naves de 3 tramos, transepto e cabeceira tripla, absidíolos, coro-alto e duas torres (acrescentadas posteriormente)

Construções anexas: Mosteiro (Claustro e corpo da antiga área residencial)

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 16-06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910

Estado de Conservação: Razoável

Acessos Exteriores ao Monumento

O Mosteiro apresenta uma envolvente rural desordenada e sem planeamento.

O estacionamento configura-se como informal e o pavimento existente no terreiro (saibro) não apresenta características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais e com mobilidade reduzida.

A presença de algumas barreiras arquitectónicas, nomeadamente passeios subdimensionados ou ausência destes, degraus e rampas com inclinações superiores às previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, constituem factores impeditivos da deslocação de pessoas com limitações físicas.

De referir, ainda, a presença de mobiliário urbano de design não inclusivo e mal localizado, tal como, contentores do lixo e candeeiros de iluminação pública.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus excepto um, que é efectuado através de uma rampa, todos não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado, assim como inclinação adequada. As soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto na legislação, que prevê 2 cm de altura máxima. As portas são geralmente de folha dupla, algumas de peso considerável, não têm puxadores e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

Após a entrada no Mosteiro, verifica-se que o pavimento exterior (claustro) é notavelmente irregular dificultando a circulação a pessoas com mobilidade reduzida, seguem-se duas rampas de acesso a uma área de atendimento, não regulamentares na largura, na ausência de patamares intermédios e na composição das guardas. Os corredores horizontais quer internos, quer externos são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas por desníveis, não nas naves, mas no acesso à sacristia, ao altar-mor, capela-mor e ao ambão. No caso das portas interiores, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento. Nas dependências presentes, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

As instalações sanitárias existentes localizam-se no piso superior do Mosteiro, na antiga área residencial e não são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, mas o espaço existente proporciona a sua adaptação. Os puxadores das instalações sanitárias e algumas dependências não são os mais adequados, a maçaneta deve ser de fácil manuseamento ao tacto, ou seja, que não requeira uma pressão firme, de resistência mínima e de forma fácil de agarrar com uma mão.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível ■ **Acessos Verticais:** Não acessível ■ **Classificação Final:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento **2**. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas **3**. Soleiras/Degraus - Interior **4**. Acessos Horizontais - Configuração **5**. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões **6**. Áreas de Atendimento - Dimensionamento do balcão **7**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Rampa/Passadiço que relaciona o estacionamento com o átrio do Mosteiro

A área de estacionamento do Mosteiro do Pombeiro está situada num local mais abaixo do seu átrio, de forma a preservar o seu espaço envolvente de contemplação e recepção, sem ruído e interferência visual proveniente da introdução do automóvel no espaço adjacente. O trajecto a percorrer desde a área de estacionamento até ao átrio do Mosteiro é longo e com desníveis acentuados, vencidos por rampas e degraus sem protecção. Observando os alinhamentos, a cota de pavimento da área de estacionamento é praticamente de nível com o início da rampa, que permite o acesso ao átrio. Desta forma, propõe-se a introdução de um passadiço para fazer a ligação entre estas duas áreas, minimizando os desníveis e proporcionando uma utilização mais eficaz por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Este percurso alternativo poderá surgir paralelo ao aqueduto, reforçando a sua importância e criando relações visuais com a paisagem existente. Este percurso deverá cumprir todas as normas presentes no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, desde a altura das guardas, sua continuidade e conforto, assim como inclinações regulamentares.

b) Reformulação da rampa de entrada no átrio

Objectivando como ponto de recepção e contemplação o átrio do Mosteiro, livre de circulação e estacionamento automóvel, esta área é privilegiadamente pedonal e urge de alguma organização e desenho urbano, de forma a encaminhar e atrair as pessoas para as áreas de entrada. A rampa de acesso ao átrio tem uma inclinação deveras acentuada e impossibilita a sua utilização por parte de pessoas com mobilidade reduzida. A nossa proposta visa prolongar a rampa, rasgando o átrio e introduzindo-a numa área mais central, deixando as pessoas próximas da entrada do Mosteiro, sem interferir no espaço frontal ao Mosteiro, que funciona como área de desafogo e admiração. O prolongamento da rampa para obter a inclinação

regulamentar, pode ser conseguido através da existência de dois lanços ligados por um patamar intermédio, realizados no mesmo material pré-existente.

c) Correcção do terreiro no acesso à recepção

Uma das entradas para visita ao Monumento é a entrada no claustro, onde existe um local de recepção e informação sobre a Rota do Românico. Esta entrada apesar de conter o painel informativo sobre a história do Mosteiro, não tem qualquer tipo de informação indicativa da existência desse espaço de recepção, nem tem um acesso facilitado a pessoas com mobilidade reduzida.

É necessário fazer uma correcção de pendentes no terreiro no acesso a esta entrada e criar uma sinalética informativa dos espaços existentes no seu interior. Propõe-se a criação de uma rampa com uma plataforma de chegada, frontal à porta de entrada. Incorporada na guarda da plataforma de chegada poderia surgir a referida sinalética, neste caso a indicar RECEPÇÃO.

d) Colocação de *deck* após a porta do claustro - Recepção

Verificou-se que o pavimento existente no interior do claustro, principalmente na área imediatamente a seguir à porta de entrada é bastante irregular, encontra-se degradado, com infiltrações de água e presença de humidade (verdete) por estar próximo de uma zona descoberta e desprotegida, com falta de manutenção, proliferando alguns ataques biológicos, como musgos.

Propõe-se a colocação de deck nesta área e de alguma protecção frontal à porta, como um painel de vidro, para evitar a degradação avançada dos materiais a aplicar no pavimento. A aplicação de um material diferente na zona de entrada, além de tornar o piso mais confortável para poder ser utilizado mais facilmente por pessoas com mobilidade reduzida, marca o momento de ingresso no espaço e utiliza a mesma linguagem existente mais à frente, na chegada ao outro lado do claustro, e num momento de viragem, de charneira, encaminhando as pessoas à recepção. Estes percursos devem ser acompanhados do mesmo tipo de sinalética presente no exterior.

e) Entrada Frontal - Entrada mais vantajosa

Exterior - Uma das soluções propostas para fazer o ingresso no Mosteiro é pela entrada frontal, por ser mais fácil de vencer os desníveis e alcançar o interior. Propõe-se uma rampa, paralela à fachada frontal, com uma estrutura ligeira, sem causar grande impacto. Na viragem, onde se estabelece a ligação da rampa com a entrada, propõe-se a utilização de uma material transparente no pavimento, como o vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

Interior - Sob a porta de entrada verifica-se a existência de uma soleira elevada, que se revela difícil de transpor por parte de pessoas com mobilidade reduzida. A nossa proposta visa a colocação de uma rampa, que vai desde a soleira até à porta da ante-câmara.

f) Entrada Lateral

A segunda solução proposta para fazer o ingresso no Mosteiro é pela entrada lateral esquerda, sendo que no exterior é resolvida da mesma forma que todas as outras propostas anteriores. No interior apresenta-se uma solução mais arrojada por ser mais difícil de vencer os desníveis existentes.

Exterior - No exterior, como referido acima, é proposta uma rampa que poderá surgir paralela à fachada. Na viragem, onde se estabelece a ligação da rampa com a entrada, propõe-se novamente um pavimento transparente, como o vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

Interior - No interior, a proposta é mais arrojada, no sentido em que estabelece uma relação forte com o altar e a nave central. Uma vez que espacialmente se torna complicado introduzir uma rampa paralela à fachada, propõe-se uma perpendicular, que sai directamente da porta em direcção ao altar, gira e volta em direcção à porta, onde se encontrará o seu patamar de chegada. Esta proposta visa repensar a plataforma onde assenta o altar, jogando o acesso a essa zona com as rampas, permitindo a entrada a pessoas com mobilidade reduzida.

Barreiras arquitectónicas da envolvente do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro

 Candeeiro de Iluminação Pública

 Contentor do Lixo

 Degrau, Escada ou Rampa

 Pavimento Degradado

Igreja de São Vicente de Sousa, Felgueiras

2. Igreja de São Vicente de Sousa

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Nave única e capela-mor rectangular, possuindo ainda uma torre sineira, erguida ao modo de um muro, adossada à fachada sul da capela-mor

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 129/77, DR 226 de 29 de Setembro de 1977

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A igreja apresenta uma envolvente próxima bem definida e cuidada, com passeios de dimensões regulamentares, locais de estacionamento organizados, contudo sem lugares para pessoas com mobilidade reduzida. A presença de mobiliário urbano nesta área é reduzida, referindo-se apenas as papeleiras de design não inclusivo.

As caldeiras de árvores existentes não têm qualquer protecção, constituindo uma barreira, a par das árvores que estão colocadas a meio dos percursos de circulação pedonal (passeios).

Nos acessos exteriores ao Monumento, na passagem para o átrio da Igreja, existem escadas e degraus não regulamentares, pelas dimensões dos degraus e ausência de guardas.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado, assim como inclinação adequada.

As soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto na legislação, que prevê 2 cm de altura máxima. As portas são geralmente de folha dupla, excepto a da sacristia, não têm puxadores e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de uma escadaria não regulamentar no dimensionamento e configuração dos degraus, não na nave, mas no acesso ao altar-mor e ao ambão. Estas áreas mais elevadas tornam-se totalmente inacessíveis a pessoas portadoras de limitações físicas. No caso das portas interiores, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento.

A única porta existente, a de acesso à sacristia é de uma folha, não tem puxadores ou estes são inadequados e tem uma soleira não regulamentar, tornando esta passagem desajustada a pessoas com mobilidade reduzida, contudo tem dimensões regulamentares (77 cm). Na única dependência existente – a sacristia, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
	2. Soleiras/Degraus, Escadas - Acessos às entradas
Acessos Verticais: Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interior
	4. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
Classificação Final: Não acessível	**5**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Estacionamento

A área de estacionamento da Igreja está situada num local mais afastado da entrada, desta forma, propõe-se a criação de um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, junto ao muro que delimita o cemitério.

Uma vez que a entrada actual é realizada através de degraus, e estes encontram-se alinhados e centrados com os limites visuais da Igreja, propõe-se a criação de um passadiço fora desse enquadramento.

A solução proposta poderá iniciar o seu percurso junto ao novo lugar de estacionamento e o momento de viragem alinha-se e encosta-se à fachada virada para o cemitério (lateral esquerda).

b) Muro/Percurso

O percurso proposto deverá justapor-se com uma espécie de percurso já existente, definido por duas guias de granito visíveis no pavimento.

No momento de viragem, charneira, poderá permite-se uma entrada mais directa e curta para pessoas sem mobilidade reduzida, através de degraus.

Mais à frente o passadiço necessita rasgar parcialmente o muro existente e deverá ser realizado numa estrutura ligeira, minimizando os desníveis e proporcionando uma utilização mais eficaz por parte de pessoas com mobilidade reduzida.

Este percurso deverá cumprir todas as normas presentes no Decreto-lei 163/2006 de 8 de Agosto, desde a altura das guardas, sua continuidade e conforto, assim como inclinações regulamentares.

c) Percurso

Esta área, privilegiadamente pedonal, deverá revelar-se contínua e confortável ao caminhar, atraindo as pessoas para uma das entradas, a única que é nivelada e fácil de ser o local de entrada para pessoas com mobilidade reduzida.

No final do percurso e no momento de entrada no edifício, poderá surgir um elemento de remate e que indica o momento de paragem. Este elemento pode ser o painel informativo da história do edifício, já criado pela Rota do Românico.

d) Entrada

Na viragem, onde se estabelece a ligação do percurso com a entrada, propõe-se um pavimento transparente, como o vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

0 14 m

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de São Vicente de Sousa

 Árvore

 Caldeira de Árvore

 Degrau, Escada ou Rampa

 Passeio

 Rebaixamento de Passeio

Igreja do Salvador de Unhão, Felgueiras

3. Igreja do Salvador de Unhão

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal, nave única, coro-alto, torre sineira.

Situação actual (classificado/não classificado): Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo Dec. N.º 37 728, DG 4 de 5 de Janeiro de 1950

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A Igreja apresenta uma envolvente em razoável estado de conservação, contudo o pavimento que contorna a Igreja, um lajeado de granito, revela-se pouco confortável.

Outra contrariedade verificada no acesso a esta Igreja é a sua localização num cume, dificultando a sua visita.

Não obstante o local onde se encontra, a única entrada para o acesso ao edifício é realizada por uma escadaria não regulamentar pelo incumprimento das normas na configuração das guardas e dimensionamento dos degraus, o que impossibilita definitivamente a visita de pessoas com limitações físicas.

O estacionamento configura-se como informal e sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida.

De referir, ainda, a presença de mobiliário urbano de design não inclusivo, tal como, a iluminação e a sinalética vertical.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração, quer dos degraus, quer das guardas, mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de revestimento anti-derrapante e pavimento texturado. Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que prevê 2 cm de altura máxima.

As portas são todas de folha dupla, excepto a da sacristia, algumas de peso considerável, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas por desníveis, não nas naves, mas no acesso à sacristia, ao altar-mor, capela-mor e ao ambão.

No caso das portas interiores, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento. No interior, as soleiras existentes são todas não regulamentares, pois não respeitam as dimensões previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto (2 cm de altura máxima).

Nas dependências presentes, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas
Classificação Final: Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interior
	4. Acessos Horizontais (interiores) - Configuração
	5. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Estacionamento

Não existe um local definido para estacionamento junto da Igreja, muito menos para pessoas com mobilidade reduzida. Propomos um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida em frente à escadaria principal e onde poderá surgir um acesso a pessoas com limitações físicas. Desta forma o estacionamento ficará nivelado com o percurso de acesso proposto.

b) Percurso

Propõe-se a criação de um percurso, eventualmente um lajeado de granito, de forma a contextualizar-se com o pavimento existente mas assumindo-se contemporâneo na sua forma. Esse lajeado poderá conduzir a uma plataforma elevatória, único meio encontrado para resolver o acesso a esta Igreja, uma vez que os desníveis existentes são bastantes acentuados e inviabiliza a construção de qualquer tipo de rampa.

c) Acesso Vertical - Plataforma Elevatória

A plataforma de chegada deste meio mecânico será ao nível do átrio da Igreja e propõe-se uma continuidade com um lajeado em pedra. A zona de passagem entre a coluna de suporte do portão e a escada de acesso à habitação, apesar de estreita permite a circulação de uma pessoa com mobilidade reduzida (80 cm).

d) Entrada

Sugere-se a criação de uma rampa pela entrada lateral direita, paralela à fachada, realizada numa estrutura ligeira, sem causar grande impacto. Na viragem, onde se estabelece a ligação da rampa com a entrada, propõe-se que o pavimento seja transparente, como por exemplo, de vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja do Salvador de Unhão

 Caldeira de Árvore

 Passeio

 Sinal de Trânsito

 Degrau, Escada ou Rampa

 Pavimento Degradado

 Passadeira a Terminar em Estacionamento

 Rebaixamento de Passeio

0 14 m

Igreja de Santa Maria de Airães, Felgueiras

4. Igreja de Santa Maria de Airães

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal, de três naves, cabeceira quadrangular simples e torre sineira adossada à fachada lateral da capela-mor

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 129/77 de 29 de Setembro

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A envolvente da Igreja é uma área organizada, cuidada, com passeios confortáveis e de dimensões regulamentares, locais de estacionamento organizados, contudo sem lugares para pessoas com mobilidade reduzida e com algumas barreiras que impedem a continuidade pedonal, designadamente a falta de rebaixamentos nas passadeiras. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, bancos e sinalética vertical. As caldeiras de árvores existentes não têm qualquer protecção, constituindo uma barreira. Os canais de circulação pedonal apresentam um pavimento irregular e sem distinção das áreas de circulação automóvel, nem diferenciação de textura e cor contrastante ao nível do pavimento, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais. Todos os acessos são realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado. As soleiras existentes são regulamentares.

As portas são todas de folha dupla, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares, pela ausência de guardas na nave, passagem entre naves, no acesso ao altar-mor e ao ambão.

Estas áreas mais elevadas tornam-se totalmente inacessíveis a pessoas portadoras de limitações físicas. No caso da porta interior, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento.

A única porta existente é de uma folha, não tem puxadores ou estes são inadequados e tem uma soleira não regulamentar, tornando esta passagem desajustada a pessoas com mobilidade reduzida, contudo tem dimensões regulamentares (77 cm). Na única dependência existente - sacristia, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas
	3. Soleiras/Degraus - Interior
Classificação Final: Não acessível	**4**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

1.ª Proposta

a) Estacionamento

A primeira proposta visa criar um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida junto da Igreja contígua à fachada frontal e que deixa as pessoas já ao nível do átrio. Desta forma o estacionamento ficará nivelado com o percurso de acesso proposto.

b) Percurso/ Entrada

A primeira solução proposta para fazer o ingresso na Igreja é pela entrada frontal, por ser mais fácil de vencer os desníveis e alcançar o interior.

É proposta uma rampa, que vai desde o estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, perpendicular à fachada frontal, vira, tornando-se paralelo à fachada, passa pela placa informativa da Igreja e vira novamente em direcção à entrada. A rampa de inclinação regulamentar e suave deverá ser realizada com uma estrutura ligeira, sem causar grande impacto.

Na viragem, onde se estabelece a ligação da rampa com a entrada, propõe-se o pavimento transparente, como por exemplo com vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

2.ª Proposta

a) Estacionamento/ Percurso

A segunda proposta sugere criar um sistema de rampas que se relacione com as escadas, um dos acessos já existentes, sugerindo como ingresso a entrada lateral esquerda. Apesar de ser uma entrada lateral é a que se apresenta de frente para quem chega e para o estacionamento geral, onde se localizaria o estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, junto ao início desse percurso rampeado.

A rampa, de inclinação regulamentar seria realizada com uma estrutura ligeira, sem causar grande impacto.

3.ª Proposta

a) Estacionamento

A terceira proposta visa criar um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida junto da fachada lateral da Igreja, situado na parte mais elevada, ocupando um espaço da zona verde e que deixa as pessoas já ao nível do átrio.

Desta forma o estacionamento ficará nivelado com o percurso de acesso proposto.

b) Entrada

A sugestão de criar uma entrada para a Igreja pela fachada lateral, com estacionamento e acesso do espaço público ao átrio é comum às duas propostas anteriores (2.ª e 3.ª propostas).

A rampa de acesso à entrada da Igreja nasce encostada e paralela à fachada lateral, deverá ter uma inclinação regulamentar e ser realizada com uma estrutura e corrimãos ligeiros, sem causar grande impacto.

Na viragem, onde se estabelece a ligação da rampa em deck com a entrada, o pavimento deverá ser transparente, por exemplo de vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de Santa Maria de Airães

 Abrigo de Transportes Colectivos

 Caldeira de Árvore

 Degrau, Escada ou Rampa

 Passadeira a Terminar em Estacionamento

 Passeio

 Pavimento Degradado

 Rebaixamento de Passeio

 Sinal de Trânsito

Igreja de São Mamede de Vila Verde, Felgueiras

5. Igreja de São Mamede de Vila Verde

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal, composta por nave única e capela-mor rectangular

Construções anexas: Instalações sanitárias e Ruínas da casa Paroquial

Situação actual (classificado/não classificado): Em Vias de Classificação

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A envolvente da Igreja é uma área recentemente requalificada, cuidada, com passeios confortáveis e de dimensões regulamentares, contudo existem algumas barreiras que perturbam a continuidade do percurso, tais como degraus e em alguns locais, ausência de passeio. Não existe estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação e sinalética vertical. As configurações de alguns elementos construídos, tais como espelhos de água, revelam-se perigosas, por apresentarem arestas vivas e salientes. Os canais de circulação pedonal que envolvem o Monumento, que vão desde os passeios públicos até ao átrio da Igreja, não têm as dimensões regulamentares. Os acessos são vencidos maioritariamente por degraus, rampas e soleiras elevadas, não regulamentares na sua dimensão (largura), na ausência de guardas, patamares de descanso, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado. Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que os 2 cm de altura máxima previstos na legislação. As portas são todas de folha dupla, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as inadequadas a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

Os corredores horizontais são amplos e regulamentares. O pavimento existente é regular e ligeiramente rampeado até ao altar-mor, local onde se encontram alguns degraus não regulamentares pelo seu dimensionamento e configuração, assim como pela ausência de guarda. Esta área, tal como a sacristia e o ambão, são inacessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. No caso da porta interior, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento.

A única porta existente, a da sacristia, é de duas folhas, não tem as dimensões regulamentares, tal como a soleira, tornando esta passagem desajustada a pessoas com mobilidade reduzida. As instalações sanitárias existentes localizam-se no exterior e estão adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, mas ao nível dos equipamentos aconselhados estão incompletas.

Os puxadores das instalações sanitárias são os mais adequados, contudo os materiais aplicados nas portas dificultam o seu manuseamento por serem pesadas.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
	2. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas
■ **Acessos Verticais:** Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interior
	4. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
■ **Classificação Final:** Não acessível	**5**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Estacionamento

O lugar de estacionamento mais adequado para pessoas com mobilidade reduzida será junto ao percurso pedonal já existente, pela fachada lateral esquerda, e onde se percorre menor distância até chegar ao átrio da Igreja.

Desta forma o estacionamento ficará nivelado com o percurso de ligação ao átrio, promovendo menos riscos para as pessoas e maior conforto. Contudo, deverá existir uma protecção lateral ao percurso (guarda-corpos).

b) Entrada

A entrada nesta Igreja para pessoas com mobilidade reduzida é realmente complicada, pela existência de degraus elevados e vários desníveis, assim como o facto de esta ter um espaço interior bastante reduzido, impossibilitando qualquer intervenção e colocação de rampas.

A nossa proposta visa a criação de uma plataforma elevatória específica para este local. Implica a colocação de um braço basculante e hidráulico que eleve as quatro lajes frontais, adjacentes à porta principal, ao nível do segundo degrau (interior da Igreja).

E depois, que faça deslizar horizontalmente uma plataforma da largura da porta até ao nível do pavimento interior, criando um percurso nivelado e contínuo para facilitar a entrada a pessoas com mobilidade reduzida.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de São Mamede de Vila Verde

 Candeeiro de Iluminação Pública

 Rebaixamento de Passeio

 Degrau, Escada ou Rampa

 Sinal de Trânsito

 Passeio

0 14 m

Torre de Vilar, Lousada

6. Torre de Vilar

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII-XIV

Número de Pisos: 5

Tipologia: Torre de planta rectangular

Situação actual (classificado/não classificado): Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo Dec. N.º 95/78, DR 210 de 12 Setembro de 1978

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

O Monumento é acessível apenas através de percursos rampeados. As rampas são contínuas e extensas e não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, pela ausência de guardas, pela sua dimensão, inclinação acentuada e inexistência de patamares de descanso.

O estacionamento é informal e não existem lugares para pessoas com mobilidade reduzida, e com algumas barreiras que impedem a continuidade pedonal, designadamente a falta de rebaixamentos nas passadeiras.

O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação e sinalética vertical.

As árvores localizam-se fora dos canais de circulação e por isso não se constituem como barreiras.

Acessos ao Monumento

A soleira de entrada é mais elevada do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que prevê 2 cm de altura máxima, por isso esta não se encontra regulamentar. A porta é de folha dupla, não tem puxador e não tem as dimensões regulamentares, tornando-a inadequada a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar é garantida apenas quando abertas as duas folhas da porta.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, excepto no topo da Torre, no exterior, onde se verificam dimensões inferiores às regulamentares.

A Torre estrutura-se em cinco pisos acessíveis apenas por uma escada não regulamentar nas suas dimensões, a inexistência de um elevador ou plataforma elevatória impede ou dificulta a visita por parte de pessoas com mobilidade reduzida.

As portas existentes são de uma folha, de dimensões não regulamentares, sem puxadores ou estes são inadequados e têm uma soleira não regulamentar, tornando estas passagens desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida.

Na única dependência existente – a área de atendimento, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

A área de atendimento, local de informação da Rota do Românico do Vale do Sousa, está localizada na entrada, mas não é acessível a pessoas com mobilidade reduzida uma vez que o Monumento até este ponto não é por sua vez acessível.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Rampas - Configuração e dimensionamento
Classificação Final: Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interiores
	4. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
	5. Área de Atendimento - Dimensionamento do balcão
	6. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Estacionamento/Acesso Vertical - Plataforma Elevatória

O percurso desde a estrada até à plataforma verde que se situa numa cota inferior à da entrada na Torre e do lado esquerdo é bastante longo e totalmente desnivelado, composto por várias rampas de inclinações acentuadas. Desta forma, propõe-se a possibilidade de existir neste nível um ou mais lugares de estacionamento apenas para pessoas com mobilidade reduzida. Este local de estacionamento poderá permitir o acesso nivelado a uma plataforma elevatória que conduzirá através de um percurso até à entrada da Torre.

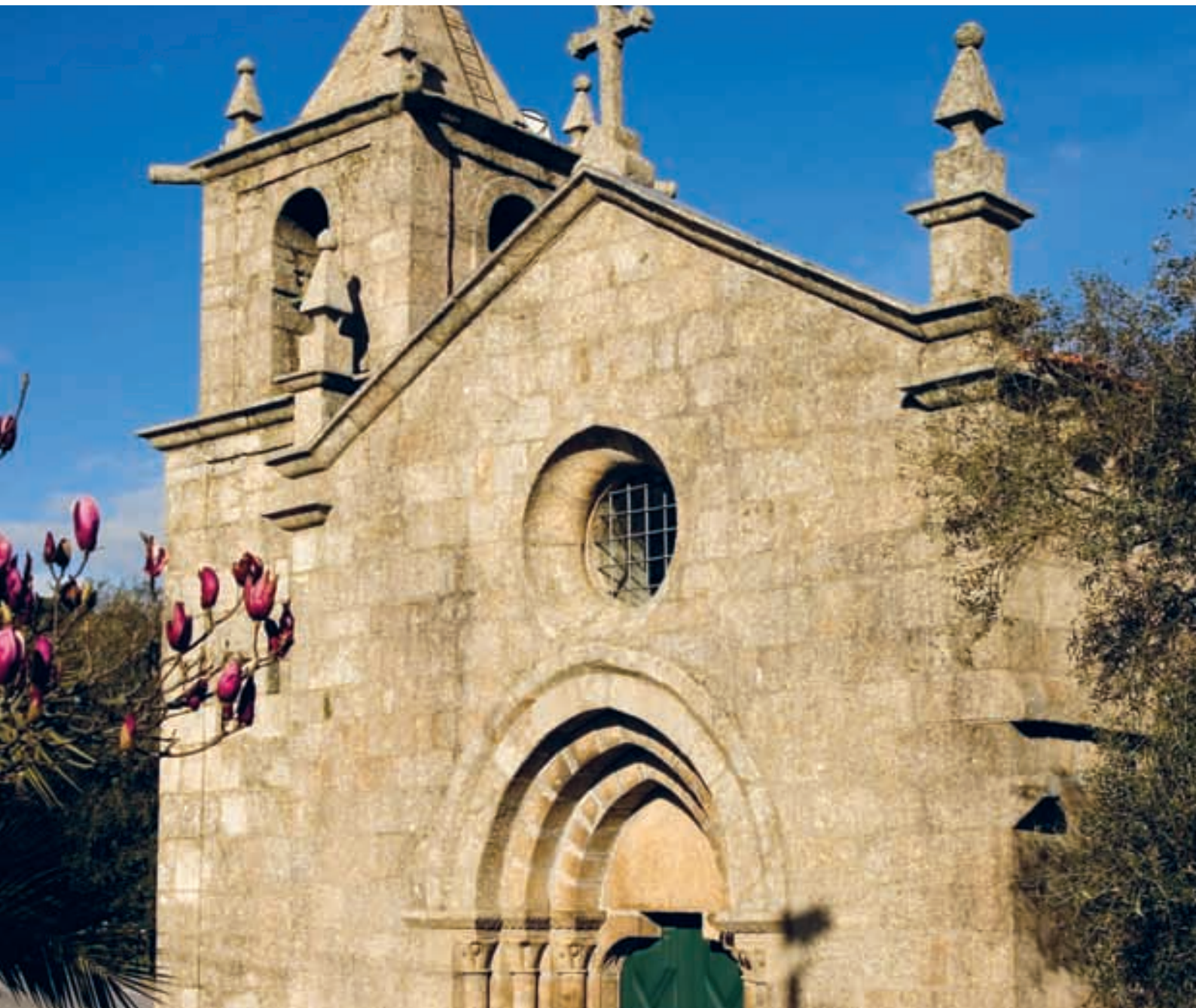
b) Percurso

O percurso deverá ligar e nivelar a saída da plataforma elevatória com a soleira de entrada existente, que é demasiado elevada e cria um desnível difícil de ser ultrapassado por pessoas com mobilidade reduzida. Este percurso deverá ser uma plataforma de nível, que de certa forma criará um patamar de chegada ao Monumento, estável e que permite uma entrada/saída mais confortável e segura.

c) Entrada

Como o edifício em questão é uma Torre de vários pisos e alvo de uma recente intervenção propõe-se uma solução virtual para visualizar a paisagem que se vê do topo da Torre. Era possível levar as pessoas lá em cima, contudo implicaria a colocação de um elevador e uma reformulação total do seu interior, portanto o que se sugere é a colocação de um posto informático e virtual que articule quatro câmaras que estarão colocadas nos quatro cantos da Torre. Permitindo que as pessoas da recepção possam mover as câmaras no sentido desejado, sendo que estas façam um movimento de 360º, na horizontal e se desloquem até 180º também na vertical.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Torre de Vilar

 Árvore Degrau, Escada ou Rampa

Igreja do Salvador de Aveleda, Lousada

7. Igreja do Salvador de Aveleda

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal, uma nave, capela-mor e torre sineira

Situação actual (classificado/não classificado): Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo Dec. N.º 95/78, DR 210 de 12 de Setembro de 1978

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A Igreja apresenta uma envolvente com ausência de passeios, os canais de circulação pedonal nem sempre são abrangentes devido à existência de algumas barreiras, tais como árvores.

O estacionamento é informal e sem prever lugares para pessoas com mobilidade reduzida. A presença de mobiliário urbano nesta área é reduzida e de design não inclusivo.

Nos acessos exteriores/envolventes ao Monumento existem degraus e soleiras elevadas, assim como pequenas rampas, todos eles não regulamentares no dimensionamento e ausência de guardas.

Já no átrio os acessos horizontais são abrangentes, contudo o pavimento é irregular (pedras e cubos de granito muito irregulares e desniveladas), o que dificulta a sua utilização por pessoas com mobilidade reduzida.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

As soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto na legislação, que prevê 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e de uma folha e nem sempre têm as dimensões regulamentares, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados, tornando-as inadequadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de alguns degraus, não na nave, mas no acesso ao altar-mor e ao ambão.

Estas áreas mais elevadas tornam-se totalmente inacessíveis a pessoas portadoras de limitações físicas. As portas interiores são de uma folha, não têm puxadores adequados e não respeitam as dimensões regulamentares.

Nas dependências, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permitem espaços de manobra, de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
	2. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas
■ **Acessos Verticais:** Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interiores
	4. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
■ **Classificação Final:** Não acessível	**5**. Sinalética - Localização e dimensionamento

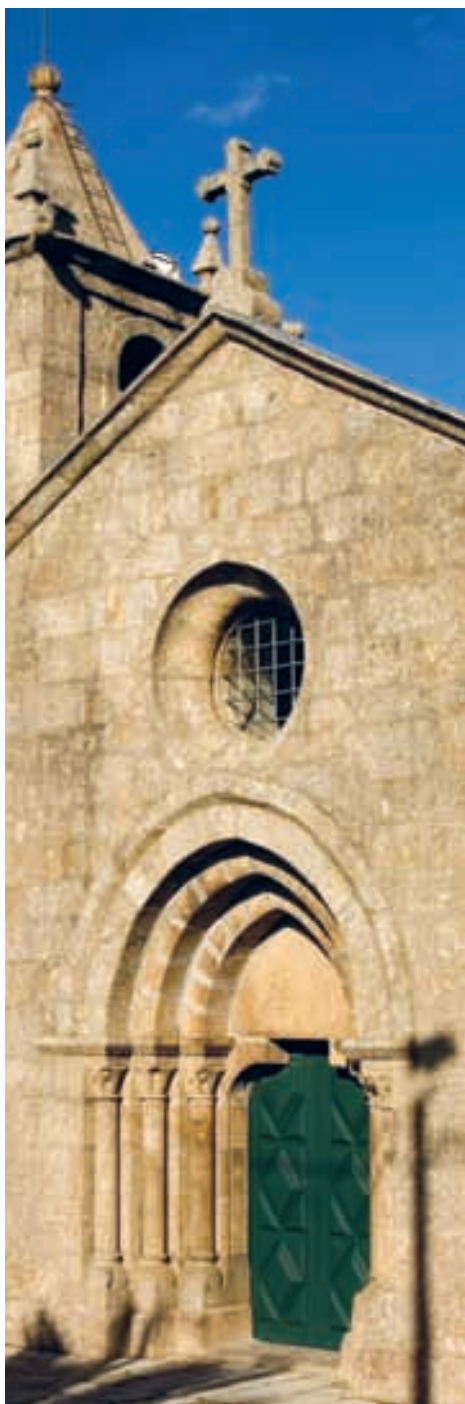
Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Muro/Percurso

É necessário criar a partir da área de estacionamento, um percurso nivelado com o passeio, confortável e seguro para pessoas com mobilidade reduzida, pois as pedras de granito existentes têm juntas muito abertas e profundas, provocando grandes desníveis e descontinuidades no pavimento.

Desta forma, propõe-se a introdução de um trajecto, para fazer a ligação entre estas duas áreas (estacionamento e entrada principal da Igreja), minimizando os desníveis e proporcionando uma utilização mais eficaz por parte de pessoas com mobilidade reduzida.

b) Estacionamento

Propõe-se a criação de um ou mais lugares de estacionamento apenas para pessoas com mobilidade reduzida junto ao percurso proposto anteriormente. Este local de estacionamento permitirá o acesso nivelado a este trajecto que conduzirá através de um percurso até à entrada da Igreja.

c) Entrada

Na viragem, onde se estabelece a ligação do percurso com a entrada sugere-se que o pavimento seja transparente, por exemplo de vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja do Salvador de Aveleda

 Caldeira de Árvore

 Contentor do Lixo

 Degrau, Escada ou Rampa

 Pavimento Degradado

 Sinal de Trânsito

Ponte de Vilela, Lousada

8. Ponte de Vilela

Caracterização Geral do Monumento

Tipologia: Ponte de tabuleiro plano com extremidades rampantes assente sobre quatro arcos de volta perfeita

Situação actual (classificado/não classificado): Em Vias de Classificação

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Os acessos exteriores têm canais de circulação abrangentes e sem obstáculos quando existe passeio, contudo salienta-se que grande parte da envolvente directa apresenta ausência de passeios. O estacionamento configura-se como formal e sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, papeleiras e sinalética vertical. As árvores localizam-se fora dos canais de circulação e por isso não se constituem como barreiras. Nos acessos envolventes ao Monumento não existem degraus.

Acessos ao Monumento

A Ponte é acessível a pessoas com mobilidade reduzida apenas por um dos lados por apresentar uma inclinação mais suave e por isso regulamentar. O pavimento é bastante irregular, podendo constituir-se como uma dificuldade na mobilidade pedonal.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Parcialmente acessível	**2**. Rampas
	3. Sinalética - Localização e dimensionamento
Classificação Final: Acessível	

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

1.ª Proposta - Estacionamento/Percurso

A primeira proposta visa criar um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida inserido no estacionamento já existente e desenvolver um percurso pedonal que conduza as pessoas pelo passeio e espaço envolvente, passando pela Ponte e continuando para o outro lado. Propõe-se um percurso num material confortável, criando um trajecto seguro e em algumas áreas mais inclinadas com protecção de guardas.

Este percurso permite a visualização da paisagem a partir da Ponte, mantendo as pré-existências e mantendo as relações formais e estruturais.

2.ª Proposta - Estacionamento/Percurso

A segunda proposta pretende criar um outro percurso, paralelo à Ponte e com a introdução também de um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida. Este percurso permite uma abordagem visual mais interessante da Ponte, pois proporciona um espaço de visualização mais abrangente sobre os seus arcos e sistema construtivo e confere uma continuidade do percurso acessível (passeio).

3.ª Proposta - Estacionamento/Percurso

A terceira proposta promove a união das duas ideias anteriores e permite uma fruição plena de todo o local e Monumento. Possibilita a passagem pelo lado exterior da Ponte e pela própria Ponte de forma confortável e segura, criando percursos para isso.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Ponte de Vilela

 Abrigo de Transportes Colectivos

 Caldeira de Árvore

 Árvore

 Passeio

 Bola, Prumo ou Meco

 Sinal de Trânsito

Igreja de Santa Maria de Meinedo, Lousada

9. Igreja de Santa Maria de Meinedo

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII-XIV

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal, nave única e capela-mor rectangular

Situação actual (classificado/não classificado): Imóvel de Interesse Público (IIP) pelo Dec. N.º 34 452, DG 59 de 20 Março de 1945

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A Igreja apresenta uma envolvente ordenada, com estacionamento demarcado, contudo sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida.

Os passeios respeitam as normas mas a passadeira existente apesar de ter rebaixos, não é regulamentar.

Existem duas entradas de acesso ao átrio da Igreja, ambas realizadas por escadarias não regulamentares pelo incumprimento das normas na ausência de guardas, dificultando a sua utilização por parte de pessoas com limitações físicas.

No átrio, os acessos horizontais são abrangentes, regulamentares e com pavimento nivelado e regular. De referir, ainda, a presença de mobiliário urbano de design não inclusivo, tal como, iluminação, caldeiras sem protecção, mecos e sinalética vertical.

As árvores localizam-se fora dos canais de circulação e por isso não se constituem como barreiras.

Acessos ao Monumento

Quase todos os acessos, exceptuando o acesso pela porta principal, são realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que prevê 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e de uma folha, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as inadequadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas por desníveis, não nas naves, mas no acesso ao altar-mor, capela-mor e ao ambão.

No caso das portas interiores, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento.

As portas são de uma folha e têm puxadores adequados, tornando-as ajustadas a pessoas com mobilidade reduzida, contudo nem sempre respeitam as dimensões regulamentares.

Nas dependências, o espaço de circulação nem sempre é abrangente, dificultando o espaço de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida. As instalações sanitárias existentes localizam-se no exterior e são acessíveis por uma escada, existente no átrio da Igreja, não regulamentar pelas suas dimensões e ausência de guardas, ou por uma rampa existente no Museu, também ela não regulamentar devido à inclinação acentuada que apresenta e à ausência de guardas.

Não existem instalações sanitárias adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus, Escadas - Acessos às entradas
	3. Soleiras/Degraus - Interiores
Classificação Final: Não acessível	**4**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

1.ª Proposta - Percurso

Existem duas entradas possíveis para esta Igreja, através das escadas que é possível observar na fotografia apresentada do lado esquerdo, que dá para a parte posterior do Monumento, ou a que dá para a entrada principal da Igreja.

A primeira proposta focaliza-se nestas escadas por terem um carácter mais contextualizado com o lugar, com alguma patine que as torna esteticamente mais atractivas.

Todas as propostas para este Monumento visam a introdução de meios mecânicos de elevação – plataformas elevatórias, uma vez que se revela complicado a introdução de rampas, que tornariam os percursos de chegada ao átrio bastante longos e cansativos. Nesta escada a plataforma acompanharia os seus lanços e patamares intermédios de forma discreta.

2.ª Proposta - Percurso

Na 2.ª proposta sugere-se novamente a introdução de uma plataforma elevatória, encostada ao muro do lado esquerdo.

Esta plataforma pode ser feita de duas formas, acompanhando, tal como na 1.ª proposta, os lanços das escadas e patamares intermédios, ou rasgando as escadas e criando um percurso contínuo, sem desníveis.

Esta segunda opção é mais confortável e eficaz para os seus utilizadores, encurtando o tempo de chegada.

3.ª Proposta - Percurso

A 3.ª proposta visa a criação de uma plataforma elevatória na entrada do Museu, subindo ao nível da cobertura e rasgando-a até ao átrio da Igreja

É uma proposta que interfere mais com os sistemas estruturais, tal como uma cobertura, contudo não deixa de ser uma opção integradora dos elementos e espaços já existentes.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de Santa Maria de Meinedo

 Abrigo de Transportes Colectivos

 Caldeira de Árvore

 Degrau, Escada ou Rampa

 Passadeira

 Placa Toponímica

 Rebaixamento de Passeio

 Sinal de Trânsito

Ponte de Espindo, Lousada

10. Ponte de Espindo

Caracterização Geral do Monumento

Tipologia: Ponte de tabuleiro em cavalete, com uma largura máxima de cerca de 3,5 metros, assente sobre um arco de volta perfeita

Situação actual (classificado/não classificado): Em Vias de Classificação

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Os acessos exteriores apesar da ausência de passeios têm canais de circulação abrangentes e sem obstáculos, mas sem diferenciação de piso ao nível da textura e cor contrastante, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais.

O estacionamento configura-se como informal, sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida.

O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, pontos de água e sinalética vertical.

Nos acessos envolventes ao Monumento não existem degraus.

Acessos ao Monumento

A Ponte apresenta pouca acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida por registar inclinações acentuadas de ambos os lados e por isso não respeita o regulamento, contudo o pavimento é regular, podendo constituir-se como uma mais-valia na mobilidade pedonal.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Parcialmente acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Parcialmente acessível	**2**. Rampas
Classificação Final: Parcialmente acessível	**3**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

Percurso

Propõe-se a criação de uma plataforma, mais afastada da Ponte, localizada na beira da estrada e projectada sobre a vegetação existente, permitindo uma abordagem visual da Ponte mais confortável, segura e desafogada, proporcionando um espaço de visualização mais abrangente.

Mosteiro de São Pedro de Ferreira, Paços de Ferreira

11. Mosteiro de São Pedro de Ferreira

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século X

Número de Pisos: 1

Tipologia: Nave única, com cabeceira abobadada, organizada em dois tramos, sendo o primeiro mais largo e mais alto

Construções anexas: Ruínas de uma ante-igreja ou galilé de função funerária

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 14 985, DG 28 de 3 de Fevereiro de 1928

Estado de Conservação: Razoável

Acessos Exteriores ao Monumento

A Igreja apresenta uma envolvente ordenada e bem definida, com canais de circulação pedonal abrangentes, sem obstáculos e regulamentares. O acesso ao Monumento é garantido através do átrio de estacionamento (acessível por rampa não regulamentar, pela ausência de guardas e inclinação acentuada) ou pelo átrio do Mosteiro, na cota inferior do terreno e ao nível da entrada principal (acesso nivelado).

O estacionamento é informal e sem prever lugares para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, mecos, papeleiras e sinalética vertical. As árvores localizam-se fora dos canais de circulação e por isso não se constituem como barreiras. Os acessos horizontais são abrangentes, regulamentares e com pavimento nivelado e regular, facilitando a sua utilização a pessoas com mobilidade reduzida.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado. As soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto na legislação, que prevê 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e nem sempre têm as dimensões regulamentares, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de alguns degraus, na nave, no acesso ao altar-mor e ao ambão.

Estas áreas mais elevadas tornam-se totalmente inacessíveis a pessoas portadoras de limitações físicas.

A porta interior é de uma folha e não tem puxadores adequados, contudo a porta respeita as dimensões regulamentares.

Nas dependências o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas
Classificação Final: Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interiores
	4. Acessos Horizontais (interiores) - Configuração
	5. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
	6. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Entrada

É necessário criar um percurso nivelado, confortável e seguro para pessoas com mobilidade reduzida, pois o espaço exterior envolvente é inclinado e existem degraus de acesso em todas as entradas. Os desníveis a vencer nas várias entradas, apresentam praticamente o mesmo grau de dificuldade. A solução proposta para fazer o ingresso no Mosteiro é pela entrada lateral esquerda.

É necessário criar uma plataforma de nível, e neste local, revelou-se uma intervenção mais integradora pois a plataforma encontra-se alinhada pelo volume da sacristia, surgindo de certa forma encaixada pelas pré-existências. Na viragem, onde se estabelece a ligação do percurso com a entrada sugere que o pavimento seja transparente, como por exemplo de vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

b) Interior

No interior, ambas as entradas apresentam desníveis elevados e difíceis de vencer, portanto a solução passa pela eliminação de alguns bancos existentes, para obter espaço para colocação de uma rampa e para permanência de pessoas em cadeiras de rodas.

Barreiras arquitectónicas da envolvente do Mosteiro de São Pedro de Ferreira

 Abrigo de Transportes Colectivos

 Contentor do Lixo

 Passeio

 Bola, Prumo ou Meco

 Degrau, Escada ou Rampa

 Pavimento Degradado

 Caldeira de Árvore

 Papeleira

 Rebaixamento de Passeio

 Candeeiro de Iluminação Pública

 Passadeira

 Sinal de Trânsito

Mosteiro de São Pedro de Cête, Paredes

12. Mosteiro de São Pedro de Cête

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século X

Número de Pisos: 1

Tipologia: Nave única com planta longitudinal e capela-mor de dois tramos de remate semicircular e frontispício em empena e torre

Construções anexas: Claustro

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 16-06-1910, DG 136 de 23 Junho de 1910

Estado de Conservação: Razoável

Acessos Exteriores ao Monumento

A envolvente do Mosteiro não tem passeios confortáveis e o estacionamento configura-se como informal e sem prever lugares para pessoas com mobilidade reduzida.

O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação e sinalética vertical.

Os acessos horizontais são abrangentes e regulamentares, mas apesar de terem o pavimento nivelado e regular existem desníveis (degraus) que dificultam a utilização deste espaço por pessoas com mobilidade reduzida, verificando-se a ausência de diferenciação de textura e cor contrastante ao nível do pavimento, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado, excepto o acesso à sacristia que é realizado por uma soleira rampeada mas que depois é precedido de degraus não regulamentares no seu interior.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que indica 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e de uma folha, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares pela ausência de guardas, na nave, no acesso ao altar-mor, ao ambão e ao claustro.

Estas áreas mais elevadas tornam-se de difícil acesso por parte de pessoas portadoras de limitações físicas.

No caso das portas interiores, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento.

As portas são de uma folha e de folha dupla, não têm dimensões regulamentares, não têm puxadores ou estes são inadequados e têm soleiras não regulamentares, tornando estas passagens desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida.

Nas dependências, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permitem espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
■ **Acessos Verticais:** Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus - Acessos às entradas e interior
	3. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
■ **Classificação Final:** Não acessível	**4**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Estacionamento

Não existe um local definido para estacionamento junto da Igreja, muito menos para pessoas com mobilidade reduzida.

Propomos um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida junto ao Mosteiro, no átrio e onde poderá iniciar um percurso acessível que garanta a entrada no Mosteiro.

Desta forma o estacionamento ficará nivelado com o percurso de acesso criado.

b) Percurso

Propõe-se a introdução de um trajecto num material seguro e confortável para fazer a ligação entre estas duas áreas (estacionamento e entrada principal da Igreja), minimizando os desníveis e proporcionando uma utilização mais eficaz por parte de pessoas com mobilidade reduzida.

c) Entrada

Na viragem, onde se estabelece a ligação do percurso com a entrada sugere-se que o pavimento seja transparente, como por exemplo de vidro para permitir a visualização das pré-existências e manter as relações formais e estruturais entre o Monumento e o pavimento existente.

d) Interior

No interior, propõe-se a criação de uma plataforma – estrado – em madeira (*deck*), semelhante ao existente na zona dos bancos, que vai desde a porta de entrada à entrada para o claustro, nivelando os desníveis existentes e criando uma área de permanência para pessoas em cadeira de rodas.

0
14 m

Barreiras arquitectónicas da envolvente do Mosteiro de São Pedro de Cête

 Contentor do Lixo

 Degrau, Escada ou Rampa

 Mupi

 Sinal de Trânsito

Ermida da Nossa Senhora do Vale, Paredes

13. Ermida da Nossa Senhora do Vale

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XV - XVI

Número de Pisos: 1

Tipologia: Capela de planta longitudinal composta por nave única rectangular, com alpendre moderno, também rectangular. Um acrescento lateral à direita destina-se a sacristia

Situação actual (classificado/não classificado): Imóvel de Interesse Público pelo Dec. N.º 37 728, DG 4 de 5 de Janeiro de 1950

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A Ermida insere-se numa área urbana envolvida por uma zona pedonal. No entanto, observou-se que alguns passeios não apresentam as dimensões regulamentares e verifica-se a presença de várias barreiras, entre as quais prumos, muitas árvores com caldeiras sem protecção e obstáculos comerciais, dificultando a deslocação de pessoas com limitações físicas.

O estacionamento é formal, organizado em baía e sem prever lugares para pessoas com mobilidade reduzida.

O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação e sinalética vertical.

Os acessos horizontais são abrangentes e regulamentares, com pavimento nivelado e regular, mas sem diferenciação de textura e cor contrastante ao nível do pavimento, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado. Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que indica 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares pela ausência de guardas no acesso ao ambão.

Estas áreas mais elevadas tornam-se de difícil acesso por parte de pessoas portadoras de limitações físicas.

A porta da sacristia é de folha dupla, não tem dimensões regulamentares e não tem puxadores ou estes são inadequados.

Na dependência, o espaço de circulação nem sempre é abrangente devido à dimensão reduzida da própria Ermida, que limita a organização do espaço interior de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

As instalações sanitárias existentes localizam-se no exterior (lado lateral direito da Ermida) e não são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, contudo o espaço existente proporciona a sua criação.

O acesso às instalações sanitárias é realizado através de uma soleira não regulamentar por ser mais elevada que 2 cm e os puxadores não são os mais adequados, segundo o previsto na secção 4.9.9. do Decreto-Lei n.º 163/2006.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus, Escadas - Acessos às entradas
Classificação Final: Não acessível	**3**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Entrada

É necessário criar um percurso nivelado, confortável e seguro para pessoas com mobilidade reduzida, pois o espaço exterior envolvente é inclinado e existem degraus de acesso em todas as entradas. Os desníveis a vencer nas várias entradas, apresentam praticamente o mesmo grau de dificuldade. A solução proposta para fazer o ingresso na Ermida é pela entrada lateral direita. É necessário criar uma plataforma de nível, que poderia iniciar-se na zona das instalações sanitárias até à entrada. Neste local, revelou-se uma intervenção mais integradora pois a plataforma poderá surgir de certa forma encaixada pelas pré-existências e garante igualmente entrada nivelada na sacristia.

b) Interior

Uma vez que existe um desnível no interior e não existe uma zona de permanência para pessoas em cadeira de rodas, sugere-se a criação de uma plataforma que nivela o desnível existente na porta de entrada com o desnível de acesso à zona do altar. Desta forma, permite uma entrada nivelada e uma zona de permanência, retirando os bancos existentes à frente do lado direito.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Ermida da Nossa Senhora do Vale

 Bola, Prumo ou Meco

 Obstáculo Comercial

 Caldeira de Árvore

 Papeleira

 Degrau, Escada ou Rampa

 Passeio

Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa, Penafiel

14. Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século X

Número de Pisos: 2

Tipologia: Três naves, falso transepto inscrito na planta, cabeceira composta por três capelas comunicantes entre si, absidíolos de planta semi-circular cobertos por abóbada de berço quebrado e torre

Construções anexas: Claustro

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 16.06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910; Desp. Março de 1986; Dec. N.º 67/97 de 31 de Dezembro

Estado de Conservação: Razoável

Acessos Exteriores ao Monumento

Na envolvente do Mosteiro não há continuidade pedonal, devido a desníveis, obstáculos comerciais, passadeiras sem rebaixamentos, estacionamento informal e sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, papeleiras, bancos, mesas e sinalética vertical. Os espaços exteriores contíguos ao Monumento têm acessos horizontais abrangentes e regulamentares, com o pavimento nivelado e regular, contudo os acessos ao átrio do Mosteiro e da torre são realizados através de escadas e uma rampa não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, ou pela sua dimensão e ausência de guardas, ou mesmo pela inexistência de patamares intermédios.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que os 2 cm de altura máxima previstos na legislação.

As portas são de folha dupla e de uma folha, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as inadequadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e cumprem a legislação, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares pela ausência de guardas no acesso à capela-mor, altar-mor e ao ambão.

No caso da porta interior, os obstáculos encontrados são os mesmos que no acesso ao Monumento.

As portas são de uma folha e de duas folhas, nem sempre respeitam as dimensões regulamentares, tal como a soleira e os puxadores, tornando esta passagem desajustada a pessoas com mobilidade reduzida.

Nas dependências, o espaço de circulação é abrangente e com espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida.

As instalações sanitárias existentes localizam-se no exterior e estão adaptadas a pessoas com mobilidade reduzida, mas ao nível dos equipamentos aconselhados estão incompletas.

As portas das instalações sanitárias não têm puxadores que devem ter uma configuração própria segundo a secção 4.9.9. do Decreto-Lei n.º 163/2006.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível ■ **Acessos Verticais:** Não acessível ■ **Classificação Final:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento **2**. Soleiras/Degraus, Escadas e Rampas - Acessos às entradas **3**. Soleiras/Degraus - Interiores **4**. Acessos Horizontais (interiores) - Configuração **5**. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões **6**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

Percurso/Entrada

A entrada que apresenta melhores condições de acesso a pessoas com mobilidade reduzida é a lateral direita, que tem apenas um degrau exterior.

Desta forma, propõe-se a introdução de um percurso, que vai desde a plataforma de chegada da rampa existente no exterior do Monumento até à entrada lateral direita, para fazer a ligação entre estas duas áreas (estacionamento e entrada lateral direita), minimizando os desníveis e proporcionando uma utilização mais eficaz por parte de pessoas com mobilidade reduzida. Neste caso seria necessário recuar o portão existente no local.

Barreiras arquitectónicas da envolvente do Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa

 Armário (EDP, Gás, ...)

 Papeleira

 Caldeira de Árvore

 Passeio

 Degrau, Escada ou Rampa

 Pavimento Degradado

 Estacionamento Abusivo

 Rebaixamento de Passeio

 Obstáculo Comercial

Memorial da Ermida, Penafiel

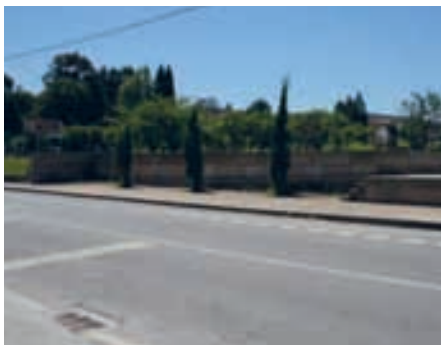
15. Memorial da Ermida

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Tipologia: Plinto rectangular de quatro fiadas de silhares graníticos, com sapata. Ergue-se uma parede rasgada por arco quebrado

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 16-06-1910, DG 136 de 23 de Junho de 1910

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A envolvente do Monumento foi alvo de recentes requalificações aquando da construção da rotunda adjacente. Os acessos exteriores têm canais de circulação abrangentes e sem obstáculos, contudo os rebaixos na zona da passadeira não são regulamentares e o estacionamento é formal, em baía, mas sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida.

Acessos ao Monumento

Nos acessos envolventes ao Monumento existe uma escada e uma rampa não regulamentares no dimensionamento, ausência de guardas e de patamares intermédios (rampa). Os canais de circulação existentes à cota do Memorial são descontinuados e de dimensões não regulamentares. O mobiliário urbano de design não inclusivo recai em iluminação, bancos, papeleiras, espelho de água e sinalética vertical. Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
■ **Acessos Verticais:** Não acessível	**2**. Escadas e Rampas - Acessos às entradas
■ **Classificação Final:** Não acessível	**3**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

Percurso/Entrada

É necessário criar um lugar de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, junto ao percurso acessível e que proporciona a entrada no espaço envolvente ao Monumento.

Sugere-se como percurso de entrada o passeio que se pode ver na fotografia, ligando com o percurso que já existe no espaço proporcionando a continuidade pedonal.

O percurso necessita de ser ligeiramente rampeado, confortável e seguro para pessoas com mobilidade reduzida, até ao Monumento.

Barreiras arquitectónicas da envolvente do Memorial da Ermida

 Candeeiro de Iluminação Pública

 Degrau, Escada ou Rampa

 Passeio

 Pavimento Degradado

 Rebaixamento de Passeio

Igreja de São Pedro de Abragão, Penafiel

16. Igreja de São Pedro de Abragão

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal, com nave e cabeceira a que se adossa a torre sineira e capela-mor rectangular a que se acopla a sacristia

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) por Dec. N.º 129/77, DR 226, de 29 de Setembro de 1977

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Os acessos exteriores não têm canais de circulação pedonais diferenciados devido à ausência de passeios, o pavimento é regular e estável, mas a continuidade pedonal é interrompida por diversas barreiras, tais como, árvores com floreira, prumos ou mecos, que se tornam obstáculos impeditivos da deslocação de pessoas com limitações físicas. O estacionamento não prevê lugares para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, bancos, floreiras, mecos e sinalética vertical. Os acessos horizontais têm um pavimento regular apesar de não ser o mais adequado para pessoas com mobilidade reduzida e de não ter diferenciação de textura e cor contrastante ao nível do pavimento, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais. Os acessos ao átrio da Igreja são quase todos nivelados, com soleiras regulamentares, excepto um, frente à entrada principal da Igreja que é realizado através de uma escadaria não regulamentar segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não ser acompanhada de guardas, não ter o dimensionamento e a configuração mais adequadas.

Acessos ao Monumento

Todos os acessos, excepto o lateral direito que é nivelado, são realizados através de soleiras elevadas, precedidas por vezes de degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida, por não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que indica 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e de uma folha, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados, contudo respeitam as dimensões regulamentares.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares pela ausência de guardas no acesso ao altar-mor e ao ambão.

Estas áreas mais elevadas tornam-se de difícil acesso por parte de pessoas portadoras de limitações físicas.

As portas são de uma folha, nem sempre têm dimensões regulamentares e não têm puxadores ou estes são inadequados. As soleiras existentes não são regulamentares, pois não respeitam as dimensões previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto (2 cm de altura máxima).

Na sacristia, o espaço de circulação é abrangente, a organização e disposição do mobiliário permite espaços de manobra de forma a possibilitar uma circulação mais fluida por parte dos seus utentes, sejam estas pessoas com mobilidade reduzida ou não.

As instalações sanitárias existentes localizam-se no exterior e não são adaptadas a pessoas com mobilidade reduzidas e não têm puxadores, o que dificulta a sua utilização.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
	2. Escadas - Acessos às entradas
■ **Acessos Verticais:** Não acessível	**3**. Soleiras/Degraus - Interiores
	4. Acessos Verticais (escadas interiores) - Configuração e dimensões
■ **Classificação Final:** Acessível	**5**. Sinalética - Localização e dimensionamento

0
14 m

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de São Pedro de Abragão

 Armário (EDP, Gás, ...)

 Bola, Prumo ou Meco

 Caldeira de Árvore

 Candeeiro de Iluminação Pública

 Degrau, Escada ou Rampa

 Estacionamento Abusivo

 Passeio

 Pavimento Degradado

Igreja de São Gens de Boelhe, Penafiel

17. Igreja de São Gens de Boelhe

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Nave única rectangular, capela-mor quadrangular e torre sineira

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 14 425, DG 228 de 15 de Outubro de 1927, ZEP, DG 15 de 18 Janeiro de 1951

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

A Igreja apresenta uma envolvente com alguns problemas de acessibilidade, quase sem passeios, com passadeiras mal localizadas e sem rebaixamentos e árvores com caldeiras sem protecção no meio dos canais de circulação pedonal, contudo o pavimento é regular e estável. O estacionamento configura-se como informal e sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. De referir, ainda, a presença de mobiliário urbano de design não inclusivo, tal como iluminação, bancos e sinalética vertical. Todos os acessos ao átrio da Igreja são vencidos através de degraus ou escadas não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não serem acompanhados de guardas, respeitarem o dimensionamento dos degraus, terem revestimento anti-derrapante e pavimento texturado, verificando-se desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida. Os canais de circulação pedonal dentro do átrio da Igreja têm pavimento descontinuado, irregular e impróprio para ser fruído por pessoas com mobilidade reduzida.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração, quer dos degraus, quer das guardas, mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que prevê 2 cm de altura máxima.

As portas são todas de folha dupla, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as inadequadas a pessoas com mobilidade reduzida.

A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas por desníveis, não nas naves, mas no acesso ao altar-mor, capela-mor e ao ambão.

No interior, as soleiras existentes não são regulamentares, pois não respeitam as dimensões previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto (2 cm de altura máxima).

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
■ **Acessos Verticais:** Não acessível	**2**. Escadas - Acessos às entradas
	3. Soleiras/Degraus - Interiores
■ **Classificação Final:** Não acessível	**4**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

a) Percurso/Entrada

É necessário criar um percurso acessível, confortável e seguro para pessoas com mobilidade reduzida, pois o espaço exterior envolvente é rebaixado em relação à cota da rua e do estacionamento, existindo vários degraus nos acessos existentes.

A solução proposta para fazer o ingresso na Igreja é pela entrada lateral esquerda e para vencer os desníveis sugere-se a criação de um trajecto rampeado desde o momento de entrada mais próximo do estacionamento, até à entrada na Igreja. Este percurso surgiria adjacente ao muro e poderia tornar as duas entradas existentes acessíveis.

b) Interior

Uma vez que existe um desnível no interior sugere-se a criação de uma pequena rampa que permite o acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de São Gens de Boelhe

 Abrigo de Transportes Colectivos

 Passadeira a Terminar em Estacionamento

 Árvore

 Passeio

 Caldeira de Árvore

 Rebaixamento de Passeio

 Contentor do Lixo

 Sinal de Trânsito

 Degrau, Escada ou Rampa

Igreja do Salvador de Cabeça Santa, Penafiel

18. Igreja do Salvador de Cabeça Santa

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal e capela-mor quadrangular

Construções anexas: Torre sineira

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 14 425, DG 228 de 15 de Outubro de 1927, ZEP, DG 188 de 15 de Agosto de 1951

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Os acessos exteriores não têm canais de circulação pedonais diferenciados devido à ausência de passeios, o pavimento é regular e estável. O estacionamento não prevê lugares para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano, de design não inclusivo recai em iluminação, pontos de água, bancos e sinalética vertical. As árvores localizam-se fora dos canais de circulação não se constituindo como barreiras. Os acessos ao átrio da Igreja são dois, um nivelado e outro vencido através de um degrau não regulamentar segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, pelo seu dimensionamento e configuração, por não serem acompanhados de guardas e revestimento anti-derrapante. Os canais de circulação do átrio da Igreja têm um pavimento um pouco desnivelado, devido à forma irregular presente nas pedras e respectivas juntas, características que dificultam a deslocação de pessoas com mobilidade reduzida e invisuais.

Acessos ao Monumento

Todos os acessos são realizados através soleiras elevadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida, por não serem acompanhados de guardas, revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que indica 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e de uma folha, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e não respeitam as dimensões regulamentares.

No caso desta Igreja a largura por vezes é conseguida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

O pavimento existente é regular e nivelado. Os corredores horizontais são amplos e regulamentares, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares pela ausência de guardas no acesso ao altar-mor e ao ambão.

Estas áreas mais elevadas tornam-se de difícil acesso por parte de pessoas portadoras de limitações físicas.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Parcialmente acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Soleiras/Degraus - Acessos às entradas e interior
Classificação Final: Parcialmente acessível	**3**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

Entrada

A entrada mais favorável para criar um acesso a pessoas com mobilidade reduzida é a entrada principal, por apresentar um desnível mais baixo e mais fácil de vencer.

Nesta situação são necessárias duas rampas exactamente iguais, sendo que a exterior pode ser fixa e a interior amovível, para evitar ter que cortar a porta de entrada.

Quando o Monumento for aberto, quer para visitas, quer para o culto, esta rampa interior deve ser colocada.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja do Salvador de Cabeça Santa

 Caldeira de Árvore

 Degrau, Escada ou Rampa

Marmoiral de Sobrado, Castelo de Paiva

19. Marmoiral de Sobrado

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII

Tipologia: Duas cabeceiras verticais de terminação discóide, nas quais se apoiam duas lajes horizontais. A superior é rectangular e a inferior, correspondente a uma tampa sepulcral, apresenta uma superfície convexa

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) pelo Dec. N.º 37 728, DG 4 de 5 de Janeiro de 1950

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Os acessos exteriores têm canais de circulação abrangentes e sem obstáculos, sem diferenciação de textura e cor contrastante ao nível do pavimento, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais.

Os passeios abrangentes não têm acabamento final ao nível do pavimento.

O estacionamento configura-se como informal e sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. Observou-se a ausência de passadeiras na envolvente próxima.

Acessos ao Monumento

O lancil que dá acesso ao Monumento é elevado criando um desnível não regulamentar segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, que estabelece 2 cm como altura máxima de uma soleira.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
■ **Acessos Horizontais:** Acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
■ **Acessos Verticais:** Parcialmente acessível	**2**. Sinalética - Localização e dimensionamento
■ **Classificação Final:** Parcialmente acessível	

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

Percurso

É necessário criar um percurso acessível, confortável e seguro para pessoas com mobilidade reduzida, pois o canal de circulação é rebaixado em relação à cota do Monumento, existindo um desnível.

A solução proposta pretende criar um percurso, nivelado com a guia interior do passeio e consequentemente com o Monumento.

0
14 m

Barreiras arquitectónicas da envolvente do Marmoiral de Sobrado

 Bola, Prumo ou Meco

 Passeio

 Pavimento Degradado

 Sinal de Trânsito

Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios, Penafiel

20. Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século XIII - XIV

Número de Pisos: 1

Tipologia: Planta longitudinal de nave única, com fachada principal em empena, com sineira lateral

Situação actual (classificado/não classificado): Monumento Nacional (MN) por Dec. N.º 14 425, DG 228 de 15 de Outubro de 1927

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Nos acessos exteriores envolventes ao átrio da Igreja, a ausência de passeios provoca indefinição de canais de circulação pedonais diferenciados das vias de circulação automóvel, o pavimento é contínuo e estável em alguns pontos, mas noutros é impróprio para a deslocação de pessoas com limitações físicas devido ao material utilizado no pavimento (saibro). O estacionamento configura-se como informal e sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. De referir, ainda, a presença de mobiliário urbano de design não inclusivo, tal como iluminação e sinalética vertical. Todos os acessos ao átrio da Igreja são vencidos através de escadas não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não serem acompanhados de guardas, respeitarem o dimensionamento dos degraus, terem revestimento anti-derrapante e pavimento texturado, verificando-se desajustadas a pessoas com mobilidade reduzida. Contudo, existe uma plataforma elevatória que é acedida através de uma rampa não regulamentar, sem espaço de manobra. O patamar de chegada da plataforma elevatória e a envolvente à mesma não estão protegidos por guardas, podendo tornar-se uma área perigosa.

Acessos ao Monumento

Os acessos são todos realizados através de escadas ou degraus não regulamentares segundo o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, por não terem o dimensionamento e a configuração, quer dos degraus, quer das guardas, mais adequadas a pessoas com mobilidade reduzida e não serem acompanhados de revestimento anti-derrapante e pavimento texturado.

Todas as soleiras existentes são mais elevadas do que o previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006, que regista 2 cm de altura máxima.

As portas são de folha dupla e de uma folha, não têm puxadores ou estes não são os mais adequados e nem sempre têm as dimensões regulamentares, tornando-as impróprias a pessoas com mobilidade reduzida. A largura regulamentar por vezes é garantida apenas quando abertas as duas folhas das portas.

Circulação Interior/Utilização - Distribuição no Edifício (Acessos, dependências)

Os corredores horizontais são amplos e regulamentares e com pavimento regular e nivelado, contudo existem descontinuidades provocadas pela existência de degraus não regulamentares pela ausência de guardas, na nave, no acesso ao altar-mor, capela-mor e na passagem a outras dependências.

As portas interiores têm dimensão regulamentar, mas não têm puxadores adequados a pessoas com mobilidade reduzida. No interior do edifício as soleiras existentes não são regulamentares, pois não respeitam as dimensões previstas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto (2 cm de altura máxima).

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Parcialmente acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Parcialmente acessível	**2**. Soleiras/Degraus e Escadas - Acessos às entradas
	3. Soleiras/Degraus - Interiores
Classificação Final: Acessível	**4**. Sinalética - Localização e dimensionamento

0
14 m

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Igreja de São Miguel de Entre-os-Rios

Degrau, Escada ou Rampa

Torre do Castelo de Aguiar de Sousa, Paredes

21. Torre do Castelo de Aguiar de Sousa

Caracterização Geral do Monumento

Época de Construção: Século X

Tipologia: Torre implantada na ruína de uma estrutura fortificada, planta quadrangular, descentrada em relação à muralha de contorno ovalóide

Situação actual (classificado/não classificado): Em Vias de Classificação

Estado de Conservação: Bom

Acessos Exteriores ao Monumento

Nos acessos exteriores a ausência de passeios impede a distinção de canais de circulação pedonal e automóveis, nem existe diferenciação de textura e cor contrastante ao nível do pavimento, características facilitadoras da deslocação de pessoas invisuais. O estacionamento configura-se como informal, sem prever lugares de estacionamento exclusivos para pessoas com mobilidade reduzida. O mobiliário urbano existente de design não inclusivo recai em iluminação, papeleiras e sinalética vertical.

Acessos ao Monumento

Os acessos ao Monumento são constituídos exclusivamente por rampas e escadas não regulamentares, segundo o Decreto-Lei n.º 163/2008, devido à configuração das guardas ou ausência delas, dimensionamento dos degraus, largura das escadas/rampas, inclinação acentuada e ausência de patamares intermédios. Estas configurações limitam a utilização deste espaço a pessoas com mobilidade reduzida.

Salienta-se a ausência de sinalética e recomenda-se a melhoria da acessibilidade de informação ao nível das placas, suas dimensões, localização, Braille e dispositivo luminoso.

Classificação para a Acessibilidade	Síntese da Eliminação das Barreiras Arquitectónicas
Acessos Horizontais: Não acessível	**1**. Estacionamento - Localização e dimensionamento
Acessos Verticais: Não acessível	**2**. Acessos Verticais: Escadas e Rampa - Acessos ao Monumento
Classificação Final: Não acessível	**3**. Sinalética - Localização e dimensionamento

Eliminação das Barreiras Arquitectónicas – Programa Proposto

Percurso

O percurso que vai desde a estrada até ao Monumento é bastante longo e totalmente desnivelado, composto por várias rampas de inclinações acentuadas e muitas escadas, todas não regulamentares.

Desta forma, propõe-se a possibilidade de existir num nível intermédio um lugar de estacionamento apenas para pessoas com mobilidade reduzida.

Propõe-se uma solução virtual para visualizar a paisagem que se vê da ruína.

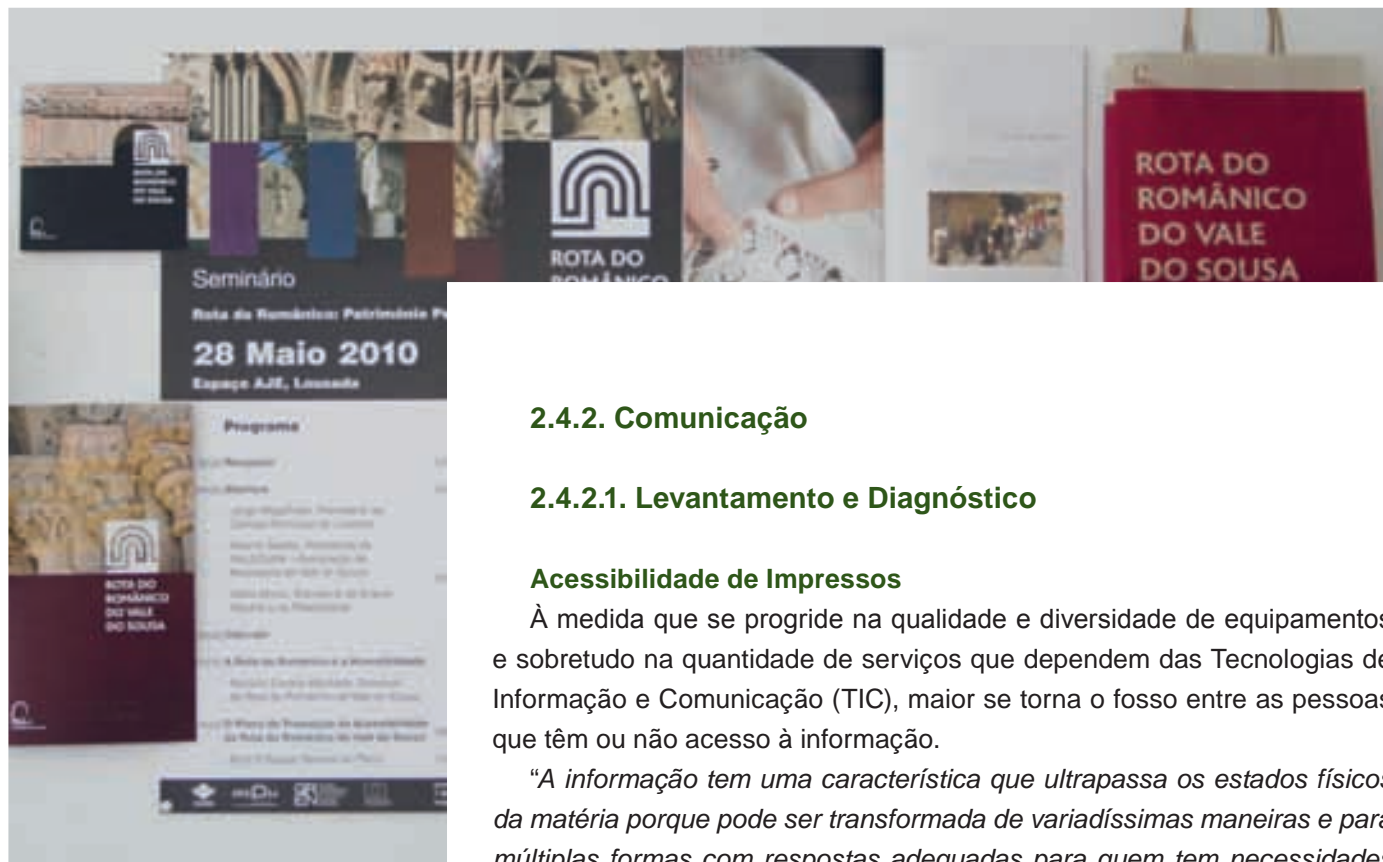
Sugere-se a colocação de um posto informático e virtual no referido nível intermédio, contíguo ao estacionamento, que articule algumas câmaras que estarão colocadas ao longo do percurso até à ruína e na própria ruína.

Permitindo que as pessoas possam mover as câmaras no sentido desejado.

Barreiras arquitectónicas da envolvente da Torre do Castelo de Aguiar de Sousa

 Bola, Prumo ou Meco

 Degrau, Escada ou Rampa

 Sinal de Trânsito

2.4.2. Comunicação

2.4.2.1. Levantamento e Diagnóstico

Acessibilidade de Impressos

À medida que se progride na qualidade e diversidade de equipamentos e sobretudo na quantidade de serviços que dependem das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), maior se torna o fosso entre as pessoas que têm ou não acesso à informação.

"*A informação tem uma característica que ultrapassa os estados físicos da matéria porque pode ser transformada de variadíssimas maneiras e para múltiplas formas com respostas adequadas para quem tem necessidades especiais. A informação pode ser considerada quase como algo imaterial com um potencial de transformação que aumentou exponencialmente com a utilização das Tecnologias de Informação.*" (GODINHO, 2004)

Nesta perspectiva entende-se a importância estratégica da integração de requisitos de acesso à informação no planeamento e projectos de investimentos dedicados ao grande público. A etapa de levantamento e diagnóstico referente à análise da acessibilidade à informação em impressos da Rota do Românico do Vale do Sousa e em informação disponibilizada na página Web da Rota do Românico. A identificação do emissor/ promotor é essencial para que um cidadão possa obter informação adicional. Assim, incluímos neste estudo uma apreciação sobre o modo como a Rota do Românico do Vale do Sousa aparece identificada – nome, logótipo e contacto - e uma observação sintética acerca da coerência da comunicação da sua identidade entre os vários suportes/documentos.

Critérios da Análise

O estudo é composto por duas partes: uma relativa à observação geral da comunicação e identidade da Rota do Românico e do modo como se apresenta em vários suportes, impressos e na Web, e outra referente à análise propriamente dita dos documentos impressos. A análise sustenta-se uma "lista de verificação" baseada no Royal National Institute for the Blind e o Trace Center (Wisconsin University, USA). Estas listas consideram, sobretudo, os requisitos de pessoas com baixa visão, dois itens relativos à utilização de formulários, considerando aspectos como a falta de destreza na escrita manual. Por último deu-se importância à identificação do emissor e dos seus contactos – telefone e endereço Web. Assim, esta lista é composta por 20 critérios de apreciação da acessibilidade à informação impressa e contém no final uma avaliação da percentagem de itens que satisfazem os requisitos de acessibilidade. Esta quantificação permite uma rápida avaliação de cada um e do conjunto dos documentos. A apreciação incidiu sobre as seguintes tipologias de documentos impressos: Folheto promocional; Papel de carta; Cartão pessoal; Publicação periódica; Folheto promocional / serviços; Impresso com formulário; Agenda / programação cultural; Impressão A4 de documento em PDF, disponibilizado no site; Impressão A4 directa do site (contactos); Informação sobre Transportes Públicos.

Análise - Parte A

A Rota do Românico do Vale do Sousa é identificada por um logótipo que aparece quase sempre inscrito numa mancha sensivelmente quadrada, de cor cinzenta, recortada por uma linha branca. Posicionadas ao lado ou em baixo da imagem, conforme a situação e a escala do logótipo situam-se as palavras que identificam a Rota do Românico do Vale do Sousa. Surgem em maiúsculas (justificadas à esquerda). Embora este formato (maiúsculas) não facilite a leitura das palavras, neste caso o recorte e a densidade do conjunto contribuem como elementos diferenciadores, ajudando a que se identifique o logótipo mesmo sem ter de "ler" cada uma das palavras que o constitui. Estas características do logótipo traduzem-se em geral numa imagem robusta e funcional para várias aplicações. O logótipo foi analisado em vários contextos distintos, dependendo do documento em que era aplicado, tais como capas, cartões-de-visita, imagem da página Web da Rota do Românico, mapa da situação geográfica da RRVS no contexto nacional, monografias, impressões da página Web da Rota do Românico, entre outros.

Análise - Parte B

No final de cada tabela podem observar-se o n.º e percentagem de itens que responde a estes critérios. De seguida apresenta-se um exemplo de tabela anexa ao respectivo documento.

Tipo de documento:	**Folheto Promocional**	Doc n.º **1**		
Identificação/Título:	Folheto “Rota do Românico do Vale do Sousa”			
Descrição:	Dimensões (43,5 X 15) - 1 Páginas Desdobrável - Côr			
		Sim	**Não**	**N/A**
	Uso de tipografia simples e clara	1		
	Tamanho da fonte do texto principal 12 a 14		1	
	Texto alinhado à esquerda		1	
	Texto principal na horizontal	1		
	As palavras não estão espalhadas nas linhas	1		
	Não tem frases grandes com maiúsculas	1		
	Não usa itálicos	1		
	Não usa sublinhados	1		
	Espaçamento entre linhas	1		
	Espaçamento entre parágrafos	1		
	Espaço suficiente entre colunas			1
	Informação relevante não depende de diagramas	1		
	Bom contraste entre texto e fundo		1	
	Não tem texto colocado sobre uma imagem	1		
	Papel ou revestimento não brilhante		1	
	Espaço suficiente para preenchimento à mão			1
	Itens bem identificados para preenchimento			1
	Contactos - telf / web - evidenciados	1		
	Emissor (s) bem identificado (s)	1		
	Emissor / contactos em braille		1	
	Total	**12**	**5**	**3**
	% relativamente aos itens aplicáveis	**71%**	**29%**	

Conclusão da Análise

Verificamos uma média de 74% de respostas positivas nos itens aplicáveis o que indicia bons níveis de acessibilidade na generalidade dos documentos analisados.

Esta análise considerou vários documentos impressos a partir do site do projecto que repetem uma certa estrutura, obedecendo a uma tipologia e critérios de desenho bastante coerentes e geralmente simples e funcionais, pelo que também se repetem as suas virtudes e os problemas de acessibilidade.

Consideramos que a especificidade deste projecto carece de uma observação mais detalhada de cada documento, considerando o seu conteúdo e outras circunstâncias da comunicação.

Porém a especificidade deste projecto carece de maior abrangência na especificação dos requisitos de acesso à informação – considerando por exemplo outros idiomas ou o tratamento de conteúdos de acordo com os níveis de literacia e interesses das pessoas.

Para as pessoas com necessidades especiais - com incapacidades visuais ou auditivas, como por exemplo os idosos para quem o turismo se tem vocacionado bastante - parecem já estar abertas as possibilidades de promoção do acesso a esta informação, com alargamento da edição de conteúdos em suporte digital.

Estes progressos deverão ser desenvolvidos e observados oportunamente, para dar continuidade a um projecto que se quer verdadeiramente acessível para todas as pessoas.

2.4.2.2. Propostas de Intervenção

Metodologia de Intervenção

Na sequência da análise efectuada na fase anterior apresenta-se um exemplo de intervenção, dos vários analisados, e algumas sugestões que permitem melhorar a acessibilidade à informação prestada através de documentos impressos. Estas propostas comentam apenas questões relacionadas com o acesso à informação e procuram abranger um universo alargado de questões e exemplos, para captar a atenção para a aplicabilidade deste tipo de sugestões nesses domínios. A análise a cada impresso pretende ilustrar duas ideias fundamentais:

1 - A facilidade com que se pode implementar algumas medidas, incorporadas na concepção dos documentos.

2 - Este tipo de intervenção beneficia todas as pessoas e não um público-alvo conotado com a deficiência ou incapacidades diversas. Não temos a pretensão de que toda a informação contida em cada impresso possa ser lida por todas as pessoas, mas, que possam encontrar alguma referência para que alcancem mais informação, seja um número de telefone ou uma referência a um sítio na internet.

Imagem e Logótipo da Rota do Românico do Vale do Sousa - Sugestões

Na etapa anterior foi registado o interesse e potencial da imagem transmitida através das aplicações impressas do logótipo da RRVS referindo a correspondência que estabelece com o material e formas construtivas que caracterizam o período românico. Observámos nos diversos documentos facultados o resultado de um trabalho profissional e coerente. Quanto à acessibilidade à informação podemos constatar que os principais constrangimentos se devem ao tamanho reduzido e cor acinzentada dos textos. Nas impressões realizadas a partir da página Web, embora se revelem as preocupações observadas na imagem da RRVS – registámos o aparecimento de linhas de texto demasiado longas dificultando o seguimento da leitura. Considerando a vocação turística desta rota, mais se revela a importância de que a impressão de informação a partir da página Web, directamente pelos cidadãos, mantenha a mesma qualidade e identidade que se preconiza nos documentos impressos em tipografia. As ferramentas próprias da Web podem garantir a versatilidade necessária à promoção da acessibilidade para todos – propiciando aumento do tamanho de letra, do contraste, retirando imagens ou fundos desnecessários, ou mesmo convertendo em tópicos de texto, um determinado percurso apresentado em mapas, mais difíceis de entender por algumas pessoas, etc. A melhoria das condições de acessibilidade, neste contexto, também pode assumir outras formas, explorando outros canais sensoriais. Por exemplo, associando um som/ruído ao aparecimento da página da RRVS e desta forma complementar a identidade dessa página; num outro sentido, a criação de uma versão táctil – muito simplificada – do logótipo pode prestar-se a muitas situações, tanto em aplicações no papel como aplicando nos locais das imediações dos próprios monumentos. Este tipo de iniciativa pode aumentar muito a clareza e abrangência na transmissão da identidade da rota, traduzindo-se na confiança dos cidadãos que valorizámos há pouco.

Algumas Regras Práticas

Fonte - Fonte que não se confunda o “L” minúsculo com o “i” maiúsculo, nem com o número “1”; é comum a confusão entre os algarismos 3,5 8 e 0. Em algumas fontes os algarismos não aparecem alinhados prejudicando a leitura. Exemplos de fontes, para testar estes caracteres:

“Corbel” tam 11 - l,I,1 – 3,5,8,0 (Desalinham-se os algarismos e não se distinguem bem as duas primeiras letras)

“Century Gotic” – tam 11: l,I,1- 3,5,8,0 (Não se distinguem bem as letras, mas os algarismos parecem bem abertos e claros)

Exemplos de fontes em que se aplica a distinção entre os caracteres referidos:

“Verdana” (l, I, 1 – 3, 5, 8, 0) – tamanho 11 pontos

“Bell MT” - (l, I, 1 – 3, 5, 8, 0) – tamanho 12 pontos

“Garamond” (l, I, 1 – 3, 5, 8, 0) – tamanho 14 pontos

Tamanho da letra e estilos - O tamanho mínimo recomendado é o de 12 e 14 pontos, o uso de bold pode ajudar a destacar palavras, evitar fontes com ornamentos ou muito estilizadas, o uso de maiúsculas deve restringir-se a poucas palavras, deve-se evitar frases longas, o texto em estilo “manuscrito” ou itálico e sublinhados tornam-se de difícil leitura.

Contraste - Preto sobre branco proporciona melhor contraste, mas soluções em negativo, com azul e amarelo, por exemplo, também podem obter bons resultados.

Espaçamento entre linhas - A distância entre linhas ajuda muito à leitura: deve respeitar-se espaçamentos de 1,5 a 2 vezes a distância entre palavras (pode corresponder a 3 pontos, conforme o caso).

Texto/ imagens - Deve-se evitar contornar imagens com texto, escrever sempre o texto relevante em linhas horizontais, evitar texto impresso sobre imagens e textura que reduzam o contraste e confundam a legibilidade.

Formulários - Proporcionar espaços generosos que permitem albergar texto grande e desalinhado. Por outro lado, a identificação clara de cada item é muito importante.

Estrutura para facilitar a “navegação” em documentos mais extensos/ livros - Muito importante a consistência na posição e design da estrutura do texto: títulos, listas de conteúdos (em cabeçalho por exemplo), paginação, etc; Parágrafos espaçados, com intervalos generosos, ajudam a localizar cada ideia–chave.

Impressão - Evitar papel brilhante – os reflexos prejudicam a leitura – e o papel demasiado fino. O ideal será papel com, pelo menos, 90 gr/m^2.

Documentos na WEB - Devem porém ter-se em atenção:

- a sua correcta referenciação (designação objectiva no link que lhe der acesso) e localização na página Web;
- atender às características e às limitações de impressão “doméstica” - em formato A4 e sem muita definição, provavelmente em preto/branco, de preferência, usar fontes “true type” que evitem distorção na impressão.

2.4.3. Infoacessibilidade

2.4.3.1. Levantamento e Diagnóstico

Acessibilidade Digital dos Espaços de Internet

Metodologia de Avaliação - A avaliação da acessibilidade digital dos Centros de Informação da Torre de Vilar, do Mosteiro de São Pedro de Ferreira e do Mosteiro de Santa Maria de Pombeiro consistiu na observação *in loco* dos recursos existentes e do meio envolvente, entrevista com o responsável e na análise e ponderação de quatro factores de avaliação: importância relativa, acessibilidade digital, capacitação dos monitores e necessidade de apoio externo.

Na escolha dos quatro factores de avaliação mencionados foi considerado o seguinte:

- 1 Importância Relativa. Este factor tem alguma implicação na avaliação dos recursos tecnológicos e da acessibilidade de conteúdos que se podem considerar necessários e adequados para um determinado serviço. Quanto mais importante for o serviço e mais diversificada for a população servida maior será a importância (relativa) deste para pessoas com necessidades especiais e a necessidade de investimento em acessibilidade digital.
- 2 Acessibilidade Digital. Inclui a avaliação dos produtos de apoio para acesso à informação e às tecnologias disponíveis, bem como a acessibilidade de aplicações informáticas específicas e de conteúdos digitais.
- 3 Capacitação dos Monitores. A preparação dos monitores/animadores para atender pessoas com necessidades especiais e facilitar a utilização de tecnologias de acessibilidade é um factor determinante.
- 4 A necessidade de apoio externo irá ser tanto maior quanto maior for a diferença entre os recursos de acessibilidade instalados e a formação dos recursos humanos que o equipamento social dispõe.

Avaliação - Apesar de terem sido avaliados três locais distintos dentre os referidos anteriormente, neste livro apenas é apresentado um exemplar - Mosteiro de São Pedro de Ferreira.

Mosteiro de São Pedro de Ferreira: Caracterização - Dispõe de dois computadores com acesso à Internet. O serviço encontra-se no rés-do-chão do edifício do Centro Cívico, o acesso é fácil e dotado de rampas de acesso. No mesmo piso existe um auditório e casas de banho para deficientes. O espaço para a circulação de pessoas com mobilidade reduzida é amplo e a altura das mesas é adequado.

Mosteiro de São Pedro de Ferreira - Avaliação

Importância Relativa - O Mosteiro além de ser um Monumento Nacional e receber imensas visitas como tal, é igualmente um local de culto religioso, o que lhe proporciona ainda mais visitas. Se a estes factores adicionarmos o facto do Espaço de Internet estar localizado no edifício do Centro Cívico no centro da freguesia de Ferreira, percebemos a importância e a diversidade de pessoas que pode recorrer a este Espaço para consultar a Internet.

Acessibilidade Digital - Este serviço não possui tecnologias de acessibilidade informática, equipamentos. Não existe informação em formatos alternativos como Braille ou audio-descrição. Os computadores possuem as opções e funcionalidades de acessibilidade do sistema operativo Windows Vista.

Capacitação dos Monitores - O Espaço ainda não se encontra aberto ao público e ainda não foram seleccionadas as pessoas responsáveis por este serviço.

Necessidade de Apoio Externo - Não conhecendo ainda a capacitação a nível de acessibilidade informática dos monitores, não podemos ainda identificar a Necessidade de Apoio Externo.

Mosteiro de São Pedro de Ferreira - Avaliação Global

Importância Relativa	● ◐ ○ ○ ○
Acessibilidade Digital	○ ○ ○ ○ ○

Acessibilidade de Conteúdos Web

A acessibilidade inclui também acesso sem barreiras à informação e esta encontra-se hoje mais do que nunca disponível na World Wide Web. O acesso à informação é um direito de todos e, para que seja uma realidade, o conteúdo das páginas Web, deve estar disponível em formatos alternativos ou deve ser complementado com informações auxiliares para que pessoas com as mais diversas limitações funcionais possam aceder ao conteúdo Web. Só assim conseguiremos uma sociedade inclusiva. É fácil perceber a importância da Internet para a Rota do Românico do Vale do Sousa: a possibilidade através da Internet de programar rotas, perceber quais os acessos mais convenientes para cada indivíduo, recolher informação acerca de cada monumento, viagens virtuais aos monumentos, etc. Ao nível da informática, notou-se um enorme avanço relativamente à acessibilidade em relação à internet, em que se refere as recomendações da W3C. A W3C é um conjunto de recomendações que visam permitir o acesso de websites a todos os cidadãos, independentemente de estes possuírem alguma deficiência ou não. Ao nível da informática, podemos também referir que o avanço das tecnologias permite a portadores de deficiência tirar um maior proveito dos recursos que o computador oferece, tais como, leitores de ecrã, teclados virtuais e sintetizadores de voz.

Metodologia de Avaliação - Aplicaram-se vários métodos de avaliação da acessibilidade de conteúdos Web. A W3C (World Wide Web Consortium), fundado por Tim-Berners-Lee em 1994, com o objectivo de levar a Web ao seu potencial máximo, por meio de desenvolvimentos de protocolos comuns e fóruns abertos que promovem a sua evolução. O W3C desenvolve padrões com vista à criação e interpretação de conteúdos para a Web e deste modo criam padrões de recomendação para utilizar essas tecnologias. Utilizou-se a ferramenta automática HERA para uma

avaliação preliminar, de seguida utilizou-se a Barra de Acessibilidade para Internet Explorer para verificar manualmente cada ponto das directrizes.
A avaliação das directrizes de acessibilidade é uma lista de pontos de verificação que se encontram divididos em 3 prioridades.

Esta lista de pontos de verificação pode ser utilizada para verificar o grau de acessibilidade de uma página ou sitio Web. Em cada ponto de verificação deve assinalar-se se esse mesmo ponto é “cumprido” (Sim), se não foi cumprido (Não) ou se não é aplicável (N.A).

Os pontos de verificação referidos anteriormente, no total 65 pontos de verificação, encontram-se distribuídos pelas prioridades anteriormente referidas, tendo em conta a respectiva importância e impacte em termos de acessibilidade, são pontos que os criadores de conteúdo Web têm absolutamente de satisfazer, se o não fizerem, um ou mais grupos de utilizadores ficarão impossibilitados de aceder a informações contidas no documento.

A satisfação deste tipo de pontos é um requisito básico para que determinados grupos possam aceder a documentos sediados na Web.

Assim é possível avaliar a conformidade do website em três níveis:

- Nível de conformidade “A”: foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridade 1;
- Nível de conformidade “Duplo A”: foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridades 1 e 2;
- Nível de conformidade “Triplo A”: foram satisfeitos todos os pontos de verificação de prioridades 1, 2 e 3.

Foi também usado um leitor de ecrã (Jaws 10.0) para testar cada portal. Por fim, analisou-se a compatibilidade com outros browsers, nomeadamente o Opera e o Mozilla Firefox.

As tabelas que resumem a avaliação identificam o número de regras bem e mal aplicadas e não a sua frequência.

Conclusão do Levantamento e Diagnóstico

Os sites avaliados no âmbito da infoacessibilidade foram os seguintes: www.rotadoromanico.com, www.valsousa.pt, http://turismo.valedosousa.pt , www.cm-penafiel.pt, www.cm-paredes.pt, www.cm-pacosdeferreira.pt, www.cm-felgueiras.pt, www.cm-castelo-paiva.pt, www.cm-lousada.pt.

Depois de uma verificação exaustiva verificou-se que a maioria dos critérios presentes nas directrizes de acessibilidade do W3C é aplicada na generalidade dos sites avaliados.

2.4.3.2. Propostas de Intervenção

Recomendações: Web Sites

Ferramentas de edição e produção de conteúdos - Em ferramentas de criação de conteúdos, identificar opções ou plug-ins de avaliação de acessibilidade; em CMS (Content Management Systems), escolher opções mais acessíveis para os menus e verificar a capacidade de edição e alteração do código gerado; criar páginas de conteúdo para teste de acessibilidade.

Ferramentas de Avaliação de Acessibilidade - Utilizar o HERA (www.sidar.org/hera/index.php.pt) ou o TAW (www.tawdis.net). Utilizar a Barra de Acessibilidade para o Internet Explorer (www.wat-c.org/WAT/versions/pt/WAT_PT_1-2.exe), para avaliação individual dos pontos de verificação. Testar as páginas com leitor de ecrã. Sugerimos a utilização da versão de demonstração do JAWS. Download em: www.freedomscientific.com/fs_downloads/jaws.asp. Funções básicas do leitor de ecrã JAWS: www.maujor.com/tutorial/usando-jaws-para-testes.php.

Técnicas de avaliação manual

- Navegar nos links apenas com o teclado, usando a tecla TAB para avançar e SHIFT + TAB para recuar;
- À medida que navega com a tecla TAB, ler apenas os links e verificar se o texto faz sentido fora do contexto e se não há ambiguidade devido à eventual repetição;
- Aumentar o tamanho de texto no menu Ver (Internet Explorer), para verificar o uso de valores absolutos ou relativos;
- Alterar a largura da janela do browser e verificar se a disposição do texto se ajusta à mesma;
- Desactivar o carregamento de imagens nas opções avançadas do Internet Explorer;
- Imprimir página sem usar a cor e verificar se não há perda de informação relevante.

Avaliação de contraste - Usar Barra de Acessibilidade do Internet Explorer ou ferramentas online, listadas do W3C / WAI (www.w3.org/WAI/ER/tools/).

Avaliação com utilizadores - Efectuar testes com utilizadores e solicitar avaliação por utilizadores de leitores de ecrã, dando algumas tarefas de pesquisa.

Legendagem de vídeos - Para legendar vídeos, pode adoptar três estratégias:

- Legenda embutida no vídeo, usando por exemplo o Windows Movie Maker incluido no Windows Vista;
- Legenda separada do vídeo, usando tecnologia SMIL (http://home.utad.pt/~leonelm/w3ctranslations/smil);
- Legendagem separada do vídeo, usando Microsoft SAMI (http://msdn2.microsoft.com/en-us/library/ms971327.aspx).

Para os pontos anteriores, poderá ser usado o editor de legendas gratuito MAGpie. Ver em www.wgbh.org/wgbh/pages/ncam/webaccess/magindex.html (Referências: NCAM http://ncam.wgbh.org/).

Sítios da Internet de referência

Unidade ACESSO da UMIC - www.acesso.umic.pt
CERTIC / UTAD - www.acessibilidade.net/web/
CEGER - www.acessibilidade.gov.pt
W3C / Web Accessibility Initiative (WAI) - www.w3.org/WAI/
Jim Tatcher - http://jimthatcher.com/
SIDAR (Espanha) - www.sidar.org/
Maujor: CSS, Padrões Web, Acessibilidade - http://maujor.com/
WebAIM: Web Accessibility In Mind - www.webaim.org/
Tradução das Directrizes de Acessibilidade ao Conteúdo (WCAG) do W3C
WCAG 1.0 (5 de Maio de 1999) - www.utad.pt/wai/wai-pageauth.html
WCAG 2.0 (11 de Dezembro de 2008) - www.acesso.umic.pt/w3/TR/WCAG20/

Informação sobre a acessibilidade do site - Afixar na primeira página o Símbolo de Conformidade de acessibilidade (W3C) ou o Símbolo de Acessibilidade (NCAM). Ver em http://ncam.wgbh.org/webaccess/symbolwinner.html.
Criar página com informação sobre a acessibilidade do site (associar a Símbolo de Acessibilidade na página).
Assegurar contacto facilitado com o responsável do site para eventuais dificuldades de acesso a conteúdos.

Conformidade com a 2.ª versão do WCAG - Recomendamos também que se procure assegurar o nível 2 da 2.ª versão da WCAG. Poderá usar versão beta do TAW para avaliação automática, embora seja aconselhável usar os recursos de avaliação da versão 1 do WCAG.

Recomendações: Espaços Públicos de Acesso à Internet

Para aumentar a acessibilidade dos espaços públicos de acesso à Internet, sugerimos a aquisição dos seguintes equipamentos e a adopção das configurações que passamos a descrever:

O Mosteiro de São Pedro de Ferreira deve ser dotado de um computador com: Leitor de ecrã (ex. JAWS); ampliador de ecrã; ou usar software com leitor de ecrã e ampliador. Deve ainda contemplar um monitor de 21”; etiquetas com caracteres ampliados para teclados; configurar seta do rato (ou usar TrackBall) e itens do ambiente de trabalho ampliados. Deve aumentar a altura do título das janelas e botões, largura da barra de deslocamento, dos menus, etc. A Webcam permite facilitar a comunicação entre surdos, por exemplo através de Língua Gestual Portuguesa.

2.4.4. Formação

Acção de Formação: Acessibilidade e Património

A Rota do Românico do Vale do Sousa, no âmbito do seu Plano de Promoção da Acessibilidade, promoveu no dia 22 de Junho de 2009 uma acção de formação dedicada à temática da Acessibilidade e a sua relação com a conservação do património edificado.

Transmitir o conceito de Acessibilidade como critério objectivo de qualidade do edificado; discutir as implicações do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto, na conservação e salvaguarda do património histórico-cultural, facultando estratégias e metodologias elementares com base em boas práticas e propor soluções que optimizem o acesso dos utilizadores aos objectos patrimoniais da Rota do Românico do Vale do Sousa (RRVS) foram alguns dos principais objectivos da acção de formação "Acessibilidade e Património".

Os conteúdos da acção de formação foram os seguintes:

- Conceitos de Acessibilidade e Design Inclusivo;
- Enquadramento jurídico da Acessibilidade e Leis/Cartas do Património Cultural;
- O Guia da Acessibilidade e Mobilidade para Todos;
- Descodificação das normas técnicas apresentadas no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto;

Os Planos de Acessibilidade – conceitos, critérios e metodologias;

- Princípios e metodologias básicas de promoção da Acessibilidade ao Património: os casos práticos de quatro monumentos da Rota do Românico do Vale do Sousa.

Nesta iniciativa participaram meia centena de formandos, oriundos de várias entidades e com as mais diversas habilitações literárias e profissionais. Este facto reflecte o interesse e a pertinência que as questões da Acessibilidade e Mobilidade para Todos despertam na actualidade.

Estiveram presentes estudantes do ensino superior, técnicos da administração local de vários municípios (não apenas do Vale do Sousa) e outros profissionais ligados à protecção, valorização e gestão do património histórico, ao turismo, à investigação científica, entre outros.

A componente teórica da acção decorreu durante a manhã na Casa da Cultura de Paredes e a componente prática teve lugar à tarde no centro urbano de Paredes e em quatro monumentos que integram a Rota do Românico: Mosteiro de São Pedro de Cête, Ermida da Nossa Senhora do Vale, Mosteiro do Salvador de Paço de Sousa e Memorial da Ermida.

Nesta última componente, os participantes realizaram um alargado conjunto de exercícios de acessibilidade, procurando reproduzir e constatar as inúmeras dificuldades com que os indivíduos com mobilidade condicionada ou incapacidade (locomoção, visão, audição, grávidas, idosos, crianças…) se debatem diariamente.

3. Comissão de Acompanhamento do Plano de Promoção da Acessibilidade da Rota do Românico do Vale do Sousa

VALSOUSA – Associação de Municípios do Vale do Sousa | Rota do Românico
Municípios de Castelo de Paiva, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira, Paredes e Penafiel
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
Direcção Regional de Cultura do Norte | Direcção de Serviços dos Bens Culturais
Diocese do Porto | Departamento dos Bens Culturais
Ave | Cooperativa de Intervenção Psico-Social
Turismo do Porto e Norte de Portugal
Turismo de Portugal

Bibliografia

Livros e Monografias

AGUIAR, José. 2002. Cor e Cidade Histórica: estudos cromáticos e conservação do património. FAUP Publicações, Porto.
ASCHER, F. 2003. Des villes de toutes les mobilités et de toutes les vitesses: un défi pour les architectes, les urbanistes et les responsables politiques. Comunicação apresentada na Biennale d'architecture de Rotterdam.
CALVINO, Italo. 1990. As Cidades Invisíveis. Editorial Teorema, Lisboa.
CEA – Conceito Europeu de Acessibilidade. Manual de Assistência Técnica 2003. Caderno n.º 18 do Secretariado Nacional de Reabilitação.
COSTA, Vasco. 2009. In Teles, P., Cidades de Desejo entre Desenhos de Cidades – Boas práticas de desenho urbano e design inclusivo, Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, Porto.
CUNHA, Maria Paula Trigueiros. 2000. A Cidade à vista do Cego – Informação, Mobilidade e Cidadania, dissertação de Mestrado, FAUP/FEUP, Porto.
FONSECA, Vitor. 1980. Reflexões sobre a Educação Especial em Portugal. Moraes Editores, Lisboa.
GODINHO, F; BORBA, A; SANTOS, C; TRIGUEIROS, P. 2004. Tecnologias sem barreiras no local de trabalho. Manual. Edições UTAD, Vila Real.
INFANTE, Sérgio. 2001. Autenticidade, Continuidade e Mudança. Arquitectura e Vida. Loja da Imagem Marketing, n.º 1, Lisboa.

INR – Instituto Nacional para a Reabilitação. 2007. Plano Nacional de Promoção de Acessibilidades. Edição Instituto Nacional para a Reabilitação, Lisboa.
L'ASSOCIATION NATIONALE POUR LE LOGEMENT DES PERSONAS HANDICAPÉES. 1997. Cahier De Prescriptions Techniques Pour L'Accessibilite Et L'Adaptation Des Personnes Handicapes Ou A Mobilite Redute, Secrétaire d'Etat au Logement, Bruxelas.
MONIZ, Idália. 2007. In Prefácio do Guia da Acessibilidade e Mobilidade Para Todos. Secretaria de Estado Adjunta e da Reabilitação, Lisboa.
ROSAS, Lúcia (Coord.). 2008. Românico do Vale do Sousa. VALSOUSA – Rota do Românico, Lousada.
SAGRAMOLA, S. 2003. In Agradecimentos do ECA/CEA – Conceito Europeu de Acessibilidade. Manual de Assistência Técnica, Caderno n.º 18. Secretariado Nacional da Reabilitação, Lisboa.
SILVA, Pedro Ribeiro. 1995. Os territórios são planeados, os que não são, e os planos directores supostamente para todo o território, in Sociedade e Território, n.º 22, Edições Afrontamento, Porto.
TELES, Paula. 2005. Os Territórios (Sociais) da Mobilidade. Lugar do Plano, APPLA, Aveiro.
TELES, Paula. 2006. Desenho Urbano e Mobilidade Para Todos. APPLA, Aveiro.
TELES, Paula. 2007. Guia da Acessibilidade e Mobilidade Para Todos. Secretaria de Estado Adjunta e da Reabilitação, Lisboa.
TELES, Paula. 2008. Arquitectura Para Todos, in Revista Cubo n.º 12, Lisboa.
TELES, Paula. 2009. Cidades de Desejo entre Desenhos de Cidades – Boas práticas de desenho urbano e design inclusivo. Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, Porto.
WAGNER, J. M. 1992. Accesibilidad al Medio Urbano para Discapacitados Visuales. Servicio de publicaciones del Colegio oficial de Arquitectos de Madrid.
VIRILIO, Paul. 1995. A Velocidade de libertação. Relógio D'Água, Lisboa.

Sítios da Internet

www.rotadoromanico.com
www.monumentos.pt
www.ippar.pt
www.tracecenter.wisc.edu
www.rnib.org

Rosário Correia Machado
Augusto Costa
António Coelho
Susana Alves

Coordenação Global
Paula Teles

Coordenação Estratégica
Pedro Silva

Coordenação Sectorial
Arquitectura
Álvaro Andrade I Raquel Oliveira
Comunicação
Paula Trigueiros
Espaço Público
Pedro Silva
Info-acessibilidade
Francisco Godinho
Formação/Comunicação Externa
Adelino Ribeiro

Coordenação Operacional
Raquel Oliveira
Alexandra Nunes
Jorge Gorito

Equipa Técnica
Adriana Sá
Ana Silva
Beatriz Martins
Carla Alves
Conceição Teixeira
José Duarte
Marcelo Altieri
Pedro Santos
Raquel Colaço
Soraia Pereira

VALSOUSA - Associação de Municípios do Vale do Sousa
Rota do Românico do Vale do Sousa

Praça D. António Meireles, 45
4620-130 Lousada – Portugal
T +351 255 810 706 | +351 918 116 488
F +351 255 810 709
rrvs@valsousa.pt

www.rotadoromanico.com